

Baixe o APP**TUDO AQUI. TUDO FÁCIL!**

Para vender, alugar ou cadastrar seu imóvel.

**VALOR**

Vendas: (79) 9 9985-4222 | Aluguéis: (79) 9 9850-5222

@valorimobiliaria
www.valorimobiliaria.com.br

• IBGE

Índice de iniciação sexual precoce em Sergipe está entre as menores do país

EM SERGIPE, 28% DOS ESTUDANTES DE 13 A 17 ANOS DECLARARAM JÁ TER TIDO RELAÇÃO SEXUAL ALGUMA VEZ, O QUARTO MENOR ÍNDICE DO BRASIL E O TERCEIRO MENOR DO NORDESTE. O PERCENTUAL APRESENTA DIFERENÇA POR SEXO: 33,3% ENTRE OS MENINOS E 23,1% ENTRE AS MENINAS. OS DADOS SÃO DA PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE DO ESCOLAR, DIVULGADA ONTEM ELO IBGE. PESQUISA TAMBÉM EVIDENCIOU DESAFIOS IMPORTANTES NO ACESSO À INFORMAÇÃO, AOS MÉTODOS CONTRACEPTIVOS E À PREVENÇÃO DA GRAVIDEZ E DAS INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS. **URBANO/PÁGINA A5**



CORREIO DE SERGIPE

QUEM LÊ SABE MAIS



Ano XXIII • Nº 6732 • Aracaju (SE)

FUNDADOR: JOÃO ALVES NETO, EM 21 DE JANEIRO DE 2001

Aracaju (SE), QUINTA-FEIRA 09 de abril de 2026

Dieese

Cesta básica de Aracaju tem maior elevação do ano entre as capitais

No acumulado de 2026 capital sergipana contabiliza alta de 10,93% no preço dos itens que compõem a cesta básica

Aracaju fechou março com alta de 6,32% no valor do conjunto de alimentos que compõe a cesta básica, fechando ao custo de R\$ 598,45, o menor valor entre as capitais do país. Com o resultado, a cesta básica da capital sergipana acumula alta de 10,93% neste ano. Dados são do levantamento mensal divulgado ontem pelo Dieese. Os principais responsáveis pelo aumento no custo da cesta no mês passado foram o feijão, tomate, carne bovina de primeira e leite integral. **URBANO/PÁGINA A6**

LISTA TRÍPLICE

PLENO REFERENDA EXTINÇÃO DO INCIDENTE DE IMPEDIMENTO PARA VOTAÇÃO

O Pleno do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) referendou a extinção do Incidente de Impedimento pela perda superveniente do objeto, em virtude da desistência declarada pelo Des. Roberto Porto em participar da votação para eleição da lista tríplice para a vaga de desembargador pelo Quinto Constitucional da Advocacia.

URBANO/PÁGINA A3

ALICIAMENTO

PC prende professor de futebol

O professor de uma escolinha de futebol foi preso ontem, em Itabaiana, por agentes da Polícia Civil lotados no DAGV do município. Segundo a SSP, o preso é investigado por crimes contra a dignidade sexual de um adolescente no município, se utilizando do pretexto de sua atuação profissional para atrair a vítima. **URBANO/PÁGINA A5**

GALÍPOLO

'Sigilo de 8 anos para liquidação do Master é regra'

Em depoimento à CPI do Crime Organizado, ontem, 08/04, no Senado, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, afirmou que o sigilo de oito anos que a instituição impôs sobre os documentos relativos à liquidação do Banco Master não foi uma medida excepcional. "Decisão seguiu norma interna em vigor desde 2018", disse. **BRASIL/PÁGINA A4**



THIAGO SANTOS

Sergipe é o quarto maior produtor de camarão do Brasil

Sergipe ocupa a quarta posição entre os maiores produtores de camarão do Brasil. Estimativas recentes do setor, como as da Fecomércio-SE, apontam que a produção anual pode variar entre 10 mil e 12 mil toneladas. Da produção de larvas ao beneficiamento industrial, atividade envolve produtores, assistência técnica do Governo do Estado e fiscalização sanitária, movimentando a economia em diversas regiões.

URBANO/PÁGINA A5

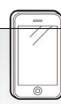
CORPO ENCONTRADO CARBONIZADO ERA DE MULHER VÍTIMA DE FEMINICÍDIO

Exame de DNA apontou que se trata de Ângela Fabrícia Santos Brito, de 26 anos, o corpo carbonizado, encontrado no último dia 26 e fevereiro, em um canal em Laranjeiras. A polícia prendeu como principal suspeito do crime um homem com quem a vítima se relacionou e teve um filho. **URBANO/PÁGINA A5**

**► José Anselmo***A Nova Era das "Canetas Emagrecedoras"*

PÁGINA A2

ISSN 16782988

**FALE COM A GENTE**

DEPARTAMENTO FINANCEIRO: 3212-9098

sac@correiodesergipe.com.br

COMERCIAL: 3212-9097

NA INTERNET
www.ajn1.com.br

Editorial

Preço dos alimentos básicos nas alturas

Em tempos de flutuação nos preços dos alimentos, a cesta básica é um instrumento crucial de segurança alimentar, dignidade humana e eficiência econômica, para o trabalhador e sua família. O valor do conjunto dos alimentos básicos subiu nas 27 capitais onde o Dieese, em parceria com a Conab, realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Entre fevereiro e março, as principais elevações ocorreram em Manaus (7,42%), Salvador (7,15%), Recife (6,97%), Maceió (6,76%), Belo Horizonte (6,44%), Aracaju (6,32%), Natal (5,99%), Cuiabá (5,62%), João Pessoa (5,53%) e Fortaleza (5,04%).

Com relação a capital sergipana, o valor da cesta de alimentos ficou em R\$ 598,45. Considerando o salário mínimo líquido (R\$ 1.621,00), após o desconto de 7,5% da Previdência Social, o mesmo trabalhador aracajuano precisou comprometer, em março de 2026, 39,91% da renda para adquirir a cesta. Em fevereiro de 2026, esse percentual correspondeu a 37,54% da renda líquida. Vale lembrar que esse valor de R\$ 598,45 foi para comprar os itens de alimentos básicos, obrigando o trabalhador a fazer malabarismo para pagar outras despesas essenciais.

Com base na cesta mais cara que, em março de 2026, foi a de São Paulo, e levando em consideração a determinação constitucional que estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para suprir as despesas de um trabalhador e da família dele com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o Dieese estima mensalmente o valor do mínimo necessário. Em março de 2026, o salário mínimo necessário para a manutenção de uma família de quatro pessoas deveria ter sido de R\$ 7.425,99, bem distante do mínimo atual de R\$ 1.621,00.



COLUNA

Cícero
Mendes

cmendes.aju@hotmail.com

Projeto inovador

A professora Aiza Santos, do município de Amparo do São Francisco, desenvolveu o projeto “Quem Sou Eu? Construindo Identidade e História”, que promoveu uma alfabetização sensível às vivências dos alunos do 1º Ano A da Escola Municipal Ivany da Glória Freire.

Com orientação pedagógica de Janda Lília Tojal, a iniciativa integrou diferentes áreas do conhecimento, envolvendo atividades como construção de gráficos de crescimento, exploração de documentos pessoais, elaboração de árvores genealógicas e produção de autorretratos.

As ações contribuíram para o fortalecimento da identidade, da autoestima e do sentimento de pertencimento das crianças, que fez o projeto ser destaque no mês de março na rede municipal de ensino de Amparo.

Com o apoio da equipe gestora, o projeto reforça o compromisso da rede municipal de ensino em oferecer uma educação inovadora que estimula o aprendizado do aluno e o incentiva a adquirir mais conhecimento, além disso, valoriza a história de cada estudante resultando na formação de cidadãos conscientes.

“Quando o aluno entende de onde veio, ele ganha asas para decidir para onde quer ir. Essa frase define bem esse projeto, pois estamos falando de uma ação que leva conhecimento da origem de cada estudante e ao mesmo tempo os incentiva a aprender, pois eles ficam encantados. Só tenho a agradecer à Prefeitura de Amparo pelo apoio e à liberdade que nos dá para colocar em prática ideias que melhoram nossa educação”, destacou a professora Aiza.

Sessão Especial

Na sexta-feira, 10, o deputado estadual Luciano Pimentel conduzirá uma sessão especial em alusão ao Dia Mundial de Conscientização do Autismo. A sessão acontecerá no plenário da Ales, a partir das 9h, e contará com a participação de representantes de órgãos estaduais e municipais, que apresentarão iniciativas voltadas à atenção às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA), além de pais e mães que compartilharão suas vivências na luta pelo respeito aos direitos dos autistas.

CORREIO DE SERGIPE

ajn^o
AGÊNCIA JORNAL DE NOTÍCIAS



João Alves Neto
Diretor-presidente

Claudia Lemos
Editora-chefe

Elisângela Brota
Diretora comercial

**INDÚSTRIA GRÁFICA
TRIBUNA DE
ARACAJU LTDA**

Rua Cláudio Batista, 334
Bairro Santo Antônio
CEP: 49.060-100, Aracaju – SE
CNPJ: 13.039.029/0001-29
sac@correioesergipe.com.br
Tel: 79 3301 9911 – Ramal 3230
www.ajn1.com.br

**AGÊNCIA JORNAL
DE NOTÍCIAS LTDA**

Rua Cláudio Batista, 334
Bairro Santo Antônio
CEP: 49.060-100, Aracaju – SE
CNPJ: 32.884.819/0001-55
agenciajornalnoticias1@gmail.com
Tel: 79 3301 9911 – Ramal 3230
www.ajn1.com.br

Artigo

JOSÉ ANSELMO DE OLIVEIRA (*)



(*) É Magistrado, Mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará, Membro da Associação Mundial de Direito Médico (WAML), Membro da Academia Sergipana de Letras, Membro da Academia Sergipana de Letras Jurídicas e Membro da Academia Sergipana de Educação

A Nova Era das "Canetas Emagrecedoras"

O cenário do tratamento da obesidade no Brasil vive um divisor de águas em 2026. Com as novas diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), o mercado de medicamentos agonistas de GLP-1, como a semaglutida e a tirzepatida, passa por um rigoroso cerco regulatório. A mudança mais imediata é a obrigatoriedade de retenção da receita médica em duas vias e o registro no SNGPC, medida que visa conter o uso meramente estético e evitar eventos adversos graves, como pancreatite, em pacientes sem indicação clínica. No campo da manipulação, a ANVISA mantém a proibição da semaglutida magistral, sob a justificativa de que versões sintéticas não possuem a mesma garantia de segurança dos insumos biotecnológicos originais.

Internacionalmente, o Brasil se alinha a uma tendência de cautela, mas com nuances distintas. No Reino Unido, o NHS (serviço público de

saúde) adotou uma estratégia de escalonamento: embora tenha aprovado o uso da tirzepatida para obesidade, o acesso é restrito a um grupo prioritário de pacientes com comorbidades graves, integrado a programas digitais de manejo de peso. Já na Alemanha, a política é mais restritiva no financiamento: medicamentos para perda de peso são explicitamente excluídos da lista de reembolso do seguro de saúde estatutário (que cobre 90% da população), sendo considerados responsabilidade financeira do paciente, a menos que o uso seja estritamente para o diabetes tipo 2. Nos Estados Unidos, o cenário é oposto e marcado pela pressão do mercado; embora o Medicare tenha começado a cobrir esses fármacos para pacientes com riscos cardíacos, o alto custo fez com que 15% dos empregadores privados retirassem a cobertura em 2025 devido à insustentabilidade financeira.

No Brasil, o debate sobre políticas públicas atingiu um impasse

crítico. Recentemente, a CONITEC recomendou a não incorporação da maglutida ao SUS para o tratamento da obesidade, citando um impacto orçamentário estimado em R\$ 8 bilhões anuais. Enquanto países como o Reino Unido tentam o "meio-termo" através de critérios de elegibilidade por IMC e doenças associadas, o Brasil ainda foca no fortalecimento da atenção primária e na cirurgia bariátrica como pilares públicos. No entanto, o rigor da ANVISA em 2026 pavimenta uma base jurídica importante: ao transformar essas canetas em produtos controlados, o Estado sinaliza que a obesidade é uma doença crônica que exige vigilância, e não um acessório de consumo. Para médicos e gestores, o desafio global permanece o mesmo: equilibrar o acesso democrático a uma tecnologia revolucionária com a sustentabilidade dos sistemas de saúde, garantindo que a inovação não aprofunde ainda mais as desigualdades sociais.

Artigo

MARCELO MENDES (*)

(*) É gerente geral da KRJ Conexões. É economista e executivo de marketing e vendas do setor eletroeletrônico

A importância da diversificação de mercados externos na indústria nacional

As recentes notícias sobre a taxação de produtos brasileiros nos levam a uma reflexão importante: precisamos achar caminhos diferentes. A diversificação de mercados internacionais vai além de uma tática de crescimento, é um instrumento de sobrevivência e fortalecimento da indústria nacional. Ela assegura resiliência em tempos de crise, expande as possibilidades de inovação e posiciona o País em um patamar mais vigoroso na economia mundial.

Sobre esse aspecto, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que o nível de integração da indústria brasileira com o comércio internacional tem aumentado, o que eleva a importância das exportações para o setor de transformação. As maiores interações comerciais, novos blocos econômicos e as facilidades tecnológicas também ajudam muito nessa ampliação do comércio exterior.

A redução de riscos econômicos está entre os principais benefícios da diversificação de mercados externos. Ao se apoiar em diversos mercados, a indústria brasileira previne a vulnerabilidade a crises econômicas, políticas ou cambiais de um único país ou área. Outra vantagem é que proporciona maior estabilidade nas exportações. Essa diversidade garante fluxo de receitas contínuo, mesmo quando há retração em determinados mercados. Isso ajuda a suavizar oscilações na demanda.

A estratégia da diversificação estimula a adaptação e inovação porque as empresas que atuam em diferentes países precisam adaptar seus produtos, processos e estratégias de marketing às exigências locais. Essa cobrança melhora a qualidade do produto ou serviço, e gera mais inovações. A conexão com novos clientes e fechamento de acordos é importante, porque a expansão para mercados internacionais possibilita a conquista de uma infinidade de outros consumidores e possíveis par-

cerias estratégicas, consolidando a posição da indústria do País.

Com as exportações mais sólidas, segmentos como agronegócio, siderurgia e manufatura conseguem sustentar o crescimento mesmo em momentos de dificuldades internas. A internacionalização dos negócios vai exigir profissionais mais qualificados, expandindo as possibilidades de geração de emprego. O reforço da cadeia produtiva está ligado ao fato que os fornecedores locais também ganham ao atender companhias que exportam para diversos mercados.

Ao seguir o princípio de "não colocar todos os ovos na mesma cesta", a diversificação, protege a indústria das flutuações e crises num único mercado. Além disso, os novos negócios pelo mundo além de gerar mais clientes tem a possibilidade de rentabilizar o potencial de crescimento, que pode ter chegado ao limite no país de origem, no caso o Brasil. A expansão para outros países facilita o acesso a demandas emergentes e aumenta o volume total de vendas. Desta maneira impulsiona o crescimento e a lucratividade da empresa.

Em relação à escala de produção, com a diversificação, ela aumenta quando se vende para vários países, e com os ganhos de produtividade muitas vezes há redução do custo unitário dos produtos. Consequentemente, deixa a indústria mais competitiva internacionalmente. É importante se lembrar que a concorrência nos mercados globais é mais exigente e acirrada, por isso exige que as empresas exportadoras sempre melhorem sua atuação.

Toda indústria que deseja ser um player global precisa aprimorar necessariamente seus processos produtivos. Os padrões de qualidade e a eficiência operacional geralmente devem ser os primeiros a ser melhorados. Quando a empresa se aproxima mais de tecnologias e regulamentações de outros países há um

incentivo natural para investir em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Além disso, frequentemente o exportador passa a incorporar novas tecnologias e técnicas de gestão.

Da perspectiva do fortalecimento da marca, a presença em mercados de outras regiões do planeta, especialmente naquelas mais exigentes, produz mais credibilidade e valor à marca, fortalecendo sua posição no próprio mercado nacional. O Brasil já tem empresas com reconhecimento mundial pela qualidade de alguns dos seus produtos, eles vão desde chinelos de borracha a aviões a jato. A diversidade de mercados e o crescimento de protagonistas em todos os segmentos auxiliarão também o fortalecimento da marca Brasil pelo mundo.

A presença em mercados em outros continentes ou vizinhos também aumenta a importância do País em negociações internacionais. Esse posicionamento favorece a assinatura de acordos de comércio que podem reduzir barreiras tarifárias e não-tarifárias. Estrategicamente, a diversidade de atuação geográfica e também de produtos reduz a dependência apenas a único bloco econômico ou mesmo exclusivamente a mercados vizinhos. Além disso, disponibiliza mais categorias de produtos e serviços para o exterior. É possível que além de comercializar somente commodities, a base de exportação, a partir da expansão, possa incluir mais aqueles itens de maior valor agregado.

As economias nacionais têm ciclos diferentes conforme as regiões que estão presentes. A multiplicidade de mercados ajuda o negócio a melhorar o crescimento em locais emergentes e equilibrar perdas naqueles que se encontram maduros. A diversificação de mercados internacionais é fundamental para a indústria brasileira, uma vez que afeta diretamente sua competitividade, estabilidade e potencial de crescimento a longo prazo.

Quinto Constitucional

TJSE: nova data para votação da lista tríplice segue sem definição

PLENO DO TJ REFERENDA EXTINÇÃO DO INCIDENTE DE IMPEDIMENTO PARA VOTAÇÃO DE LISTA TRÍPLICE DO QUINTO CONSTITUCIONAL

Em sessão administrativa realizada nessa quarta-feira, 08/04, por maioria, o Pleno do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) referendou a decisão monocrática do Des. Etélio de Carvalho Prado Junior, que extinguiu o Incidente de Impedimento pela perda superveniente do objeto, em virtude da desistência declarada pelo Des. Roberto Porto em

participar da votação para eleição da lista tríplice para a vaga de desembargador pelo Quinto Constitucional da Advocacia. Após a formação, a lista tríplice será encaminhada ao governador Fábio Mitidieri, a quem caberá a escolha.

Em sua página na internet, o Tribunal de Justiça publicou que com a extinção do Incidente, será marcada oportunamente nova data para a sessão de votação da

lista tríplice. Inicialmente a sessão que formaria os nomes estava marcada para o dia 11 de fevereiro, mas o processo foi suspenso após o Pleno decidir por instaurar um Incidente de Impedimento, após o levantamento de uma questão de ordem relacionada a um eventual impedimento do desembargador Roberto Eugênio da Fonseca Porto, em razão de vínculo familiar, para participar da formação da lista.

A presidente do TJSE, Des. Iolanda Guimarães, questionou a participação do magistrado, alegando vínculo de cunhadio com um dos candidatos, o advogado Márcio Conrado, já que as esposas de ambos são irmãs, o que configuraria parentesco de segundo grau por afinidade.

Ontem, por 10 votos a dois, os desembargadores decidiram pela perda de objeto do incidente de impedimento, após o próprio

Roberto protocolar petição declarando sua desistência voluntária de participação no processo de votação da lista tríplice. Porto argumentou que sua decisão visa preservar a Corte e evitar o prolongamento desnecessário do processo de escolha para o preenchimento da vaga. Ele também reafirmou que não haveria impedimento para sua participação.

Exposição – Em sua manifestação durante a sessão ordiná-

ria, a desembargadora Ana Lúcia Freire de Almeida fez uma reflexão por unidade no Poder. “Nós, juntos, somos o Poder Judiciário. A nossa base esteve forte até o momento em que a gente esqueceu esse lado. Devemos ter respeito a todos”.

ajn
Leia mais, entenda e opine
Acesse:
www.ajn1.com.br

ALESSANDRO VIEIRA

CPI do Crime Organizado no Senado não será prorrogada

Criada para apurar a atuação, expansão e o funcionamento de facções criminosas no Brasil, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, do Senado, não será prorrogada.

Segundo o relator da comissão, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), comunicou sua decisão de não estender os trabalhos do colegiado. Vieira pediu a prorrogação dos trabalhos da CPI por 60 dias.

De acordo com Vieira, Alcolumbre justificou sua resolução de manter a data inicial de encerramento da comissão, no próximo dia 14, ao alegar que seria inadequado prorrogá-la às vésperas do início do calendário eleitoral deste ano.

“A decisão de Vossa Excelência foi pela não prorrogação. É meu dever registrar, publicamente, que entendo a decisão como um desserviço para o Brasil”, declarou Vieira, durante a sessão plenária do Senado dessa terça-feira, 07/04, poucas horas após se reunir com Alcolumbre.

Vieira destacou que, com o fim dos trabalhos na próxima semana, a CPI não continuará a apuração dos “fatos de alta gravidade” que vinha investigando, como a “infiltração criminosa” em instâncias públicas de poder do estado do Rio de Janeiro e o caso do Banco Master.

“Este é, seguramente, o caso mais didático de infiltração pela corrupção nos Poderes da República”, acrescentou o relator, ao se referir ao caso Master e aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário federais.

Segundo ele, o Banco Master não era um banco, e sim uma organização criminosa. “[Era] um grupo que misturava lavagem de dinheiro, estelionato, corrupção, golpes financeiros, fraudes diversas, comandadas pelo presidente do banco, e que atendeu e prestou serviço a muita gente importante desse país, nos três Poderes”, acrescentou Vieira.

“Temos, ao mesmo tempo, a criminalidade violenta ocupando o território brasileiro, cada vez mais expulsando, dominando, constangendo brasileiros e brasileiras. E temos aqui, nos escritórios, gabinetes de Brasília e da Faria Lima [em São Paulo], em todos os centros onde se tenha recurso e poder, a infiltração pela corrupção”, concluiu o senador.

Alcolumbre, que presidia a sessão Plenária, não se manifestou sobre as declarações de Vieira.

FAMES

Programa viabiliza investimentos nos municípios de SE

A Federação dos Municípios do Estado de Sergipe (FAMES) lançará, nesta sexta-feira, 10 de abril, às 8h30, no Porto Farol – Atalaia, o Programa de Parcerias e Investimentos - PPI FAMES, uma iniciativa voltada ao fortalecimento da gestão municipal por meio da estruturação de projetos em parceria com a iniciativa privada, ampliando a capacidade de investimentos e melhoria dos serviços públicos.

O programa surge como uma alternativa estratégica diante de um cenário comum às gestões municipais: o aumento das demandas da população frente às limitações orçamentárias. A proposta é

tirar projetos importantes do papel, com planejamento estruturado e segurança, em áreas como energia solar, gestão de resíduos sólidos, saúde, educação, centros administrativos e infraestrutura pública, como matadouros.

Por meio do PPI, a FAMES atua diretamente na elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, além da modelagem jurídica dos projetos. Isso inclui desde o levantamento de demanda e definição de soluções técnicas, até a construção de modelos econômico-financeiros, análise de riscos, elaboração de editais e apoio em todas as etapas do processo licitatório.



PROGRAMA SURGE COMO UMA ALTERNATIVA ESTRATÉGICA DIANTE DO AUMENTO DAS DEMANDAS DA POPULAÇÃO FRENTE ÀS LIMITAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

Outro diferencial do programa é que os municípios não precisam arcar com os custos iniciais dos estudos. Esses valores são incorporados ao projeto e assumidos pela empresa vencedora da licitação, reduzindo barreiras para a adesão das prefeituras. De acordo com a presidente

da FAMES, Silvany Mamlak, o programa representa um avanço importante na modernização da gestão pública municipal.

“O PPI FAMES nasce justamente para apoiar os municípios na estruturação de projetos viáveis, com segurança técnica e jurídica, permitindo que investimentos importantes saiam do papel sem gerar custos iniciais para as prefeituras”, destaca.

O evento de lançamento é voltado a prefeitos, secretários municipais e equipes técnicas das gestões, e apresentará, de forma detalhada, o funcionamento do programa e as oportunidades disponíveis para os municípios sergipanos.

ARACAJU

Prefeita Emília Corrêa lança o Destina Aju 2026

A prefeita de Aracaju, Emília Corrêa, lançou nessa quarta-feira, 08/04, a campanha Destina Aju 2026, com o objetivo de ampliar a destinação de parte do Imposto de Renda aos fundos municipais da Criança e do Adolescente e da Pessoa Idosa. O contribuinte pode direcionar até 6% do imposto devido, sem custo adicional. Durante o evento, também foram assinados termos de fomento com sete instituições selecionadas por chamamento público. Em 2025, a iniciativa arrecadou R\$ 1.403.819,33.

“O Destina Aju é fundamental para as crianças e para os adolescentes, porque é a partir dele que conseguimos transformar vidas e garantir mais cuidado. Na hora de fazer a declaração do imposto de renda, há um campo específico em que é possível direcionar até 6%, sendo 3% para o fundo da criança e 3% para o fundo do idoso. Isso não altera em nada a declaração. Não muda absolutamente nada, apenas permite ajudar. Esses recursos são fiscalizados e bem aplicados pelas instituições, e fazem diferença real na vida das pessoas. O que eu peço é que todos ajudem a divulgar, que espalhem essa informação, para que mais crianças sejam acolhidas e mais idosos também”, disse a prefeita Emília, ao reforçar que a campanha será mantida ao longo de todo o ano.

A gestora também destacou os recursos direcionados do Destina Aju 2025. “Cada uma recebeu R\$ 110 mil. Conseguimos bater recorde em relação ao ano anterior. Em 2024, o valor foi mais baixo; em 2025, chegamos a R\$ 1,4 mi, mas ainda é pouco diante do potencial. Existe a possibilidade de alcançar cerca de 90 milhões para crianças e idosos, se mais pessoas aderirem”, ressaltou a prefeita Emília.

O secretário municipal da



CONTRIBUINTE PODE DIRECIONAR ATÉ 6% DO IMPOSTO DEVIDO, SEM CUSTO ADICIONAL

Família e da Assistência Social, Luciano Paz, ressaltou o alcance social da iniciativa. “Nosso trabalho é olhar para quem muitas vezes está invisível e precisa de atenção do poder público. A realidade mostra que há muitas necessidades, desde idosos sem acesso a serviços básicos até crianças em situação de vulnerabilidade. A destinação do imposto é uma forma prática, acessível e segura de ajudar. Cada pessoa pode contribuir e também incentivar outras. Não basta boa vontade, é preciso recurso para garantir atendimento digno e contínuo”, disse.

O delegado da Receita Federal do Brasil em Sergipe, André Ricardo Santana, destacou a parceria com o município. “É uma satisfação para a Receita Federal participar deste evento de lançamento da campanha em Aracaju. Todos os anos, a instituição incentiva que o contribuinte que opta pelo modelo completo da declaração destine parte do imposto de renda aos fundos da criança e do idoso. São recursos que têm aplicação e gestão responsáveis. A Prefeitura de Aracaju vem ampliando esses resultados a cada ano. No ano passado, o valor chegou a quase um milhão e meio, e a expectativa agora é alcançar dois milhões, fortalecendo ainda mais as organizações que recebem esses recursos”, pontuou.

A ação também conta com apoio do Conselho Regional de Contabilidade de Sergipe (CRC) e dos conselhos municipais dos

Direitos da Criança e do Adolescente e da pessoa idosa. A presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Aracaju, Maria José, explicou o funcionamento dos recursos. “Esse dinheiro não vai para cofres públicos, nem federal, nem estadual, nem municipal. Ele é destinado a contas específicas dos conselhos, com CNPJ próprio, e só pode ser utilizado por meio de projetos aprovados em edital. Todo o processo segue critérios técnicos, com transparência, controle e prestação de contas”, destacou.

Com os recursos da campanha de 2025, foram beneficiadas instituições como a Associação dos Aposentados e Pensionistas da Previdência Social (Asaprevi), a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaee), o Centro de Integração Raio de Sol (Ciras), o Centro de Integração da Família (Ceinfra), o Instituto Beneficente Emmanuel (Ibem), a Fraternidade Monte Alverne e a Casa de Sossego Vó Tereza. Cada uma receberá R\$ 110 mil. A presidente da Asaprevi,

Maria Anália de Jesus Costa, destacou a importância do apoio financeiro. “Esse recurso chega em um momento essencial, porque as entidades enfrentam muitas dificuldades para se manter. O Destina Aju tem sido um suporte importante para continuarmos funcionando, mantendo os serviços e atendendo quem realmente precisa. Sem esse apoio, seria muito mais difícil manter as atividades”, disse.

No bairro Santa Maria, o Instituto Beneficente Emmanuel atende cerca de 300 famílias, com ações voltadas à assistência e à promoção social. A presidente da instituição, Mariene Barreto Mendonça, reforçou o impacto da iniciativa. “Esse apoio permite colocar projetos em prática, ampliar atendimentos e garantir assistência desde a gestante até o idoso. É uma forma concreta de levar dignidade, acolhimento e oportunidades a famílias que muitas vezes não têm acesso a esses serviços. Essa contribuição faz diferença real no dia a dia dessas pessoas”, concluiu.

ESTADO DE SERGIPE
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

EXTRATO DO CONTRATO N.º 61/2026/ADM

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Concorrência Eletrônica n.º 13/2025/ADM; ÓRGÃO SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação; OBJETO: Contratação de obra de construção de módulo esportivo comunitário no bairro Alagoas; EMPRESA VENCEDORA: HFontes Engenharia e Construtora LTDA (CNPJ n.º 39.598.322/0001-10); VALOR GLOBAL: R\$ 1.039.790,66 (um milhão, trinta e nove mil, setecentos e noventa reais e sessenta e seis centavos); VIGÊNCIA DO CONTRATO: 15 (quinze) meses; CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária: 02.13; Elemento de Despesa: 4490.51.00; Subelemento: 03; Projeto/Atividade: 1011; Fonte de Recurso: 17490000; BASE LEGAL: Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas condições estabelecidas no Edital. PARECER JURÍDICO N.º: 568/2025; PARECER TÉCNICO N.º: 162/2025; NOTA DE EMPENHO N.º: 799/2026; DATA DA ASSINATURA: 27/02/2026.

Estância/SE, 02 de março de 2026.
EVÂNIO DE JESUS SILVA
Agente de Contratação/PME
Portaria n.º 058/2026

TERMO DE ERRATA
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026 – FMS

O MUNICÍPIO DE ROSÁRIO DO CATETE/SE, por meio do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente ERRATA referente ao Aviso de Republicação do Chamamento Público nº 001/2026 – FMS, nos seguintes termos:

- DA ADEQUAÇÃO TÉCNICA DA DATA DE ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**
Considerando a necessidade de ajuste técnico no cronograma do certame, de modo a assegurar a adequada observância dos prazos previstos e a regular condução do procedimento:
Onde se lê:
“Abertura da Sessão Pública às 09h00 do dia 17/04/2026”
Leia-se:
“Abertura da Sessão Pública às 09h00 do dia 07/05/2026”
- DA CORREÇÃO DE ERRO MATERIAL (ANO DO PERÍODO RECURSAL)**
Considerando a existência de erro material na indicação do ano no cronograma do certame:
Onde se lê:
“Período para recursos – Inicial: 14/05/2025”
Leia-se:
“Período para recursos – Inicial: 14/05/2026”
- DA RATIFICAÇÃO**
Permanecem inalteradas as demais disposições constantes do Aviso de Republicação do Chamamento Público nº 001/2026 – FMS.

Rosário do Catete/SE, 08 de abril de 2026.

Andson Góis Dantas
Prefeito

SINDIJOR
Sindicato dos Jornalistas do Estado de Sergipe
Sindicato Forte, Jornalista Valorizado

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL

O presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de Sergipe (Sindijor-SE), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, convoca os jornalistas profissionais e estudantes de Jornalismo filiados e quites com suas obrigações sindicais, para uma Assembleia Geral, a ser realizada no dia 13 de abril de 2026 (segunda-feira), às 19h, em primeira convocação, e às 19h30 em segunda convocação, de forma on line (link a ser disponibilizado no Instagram @sindijorsergipe no dia mencionado), para deliberar a seguinte pauta:

- Convenção Coletiva 2026-2027;
- Contribuição Assistencial;
- O que ocorrer.

Aracaju-SE, 08 de abril de 2026.

Guilherme de Oliveira e Silva Fraga
Presidente do Sindijor-SE

Banco

Sigilo de oito anos para liquidação do Master é regra, afirma Galípolo

■ PRESIDENTE DO BANCO CENTRAL DIZ QUE A DECISÃO, DE NOVEMBRO DO ANO PASSADO, SEGUIU NORMA INTERNA EM VIGOR DESDE 2018

Agência Brasil

O presidente do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, afirmou que o sigilo de oito anos que a instituição impôs sobre os documentos relativos à liquidação do Banco Master não foi uma medida excepcional. Em depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Crime Organizado, nessa quarta-feira, 08/04, no Senado, Galípolo afirmou que a decisão,

de novembro do ano passado, seguiu norma interna em vigor desde 2018, quando a instituição era presidida pelo economista Ilan Goldfajn.

“Antes, eram dez anos para todos os bancos. Agora, são dez anos para bancos maiores e oito para bancos menores”, disse Galípolo.

Segundo o presidente do BC, a decisão de não tornar públicos, antes de 2033, os detalhes que motivaram o BC a decretar a liquidação extrajudicial do Master se assemelha a várias outras resoluções adotadas em recentes processos de intervenção em insti-

tuições financeiras.

“De 2018 para cá, todas as 16 resoluções que existiram seguiram estritamente esta regra”, disse o presidente do BC, comentando que, como atual dirigente da instituição, não lhe cabe desobedecer a regra em vigor há sete anos. “Quem tem poder de mudá-la que o faça.”

Segundo Galípolo, a padronização das decisões busca evitar eventuais questionamentos sobre a legalidade das liquidações e consequentes processos judiciais de reparação, como os que o Banco Central e o Fundo Garantidor de

Crédito (FGC) estão respondendo na Justiça por duas liquidações decretadas de 20 a 50 anos atrás.

“Estamos respondendo a pedidos de indenização bilionários dos acionistas destes bancos [liquidados]”, destacou Galípolo. “Por isto, entendemos ser fundamental seguirmos o rito o mais estritamente possível. Justamente para evitarmos dar algum tipo de subsídio para eventuais questionamentos.”

O Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master em novembro de 2025. Controlado pelo banqueiro Daniel

Vorcaro, o Master cresceu rapidamente ao oferecer Certificados de Depósitos Bancários (CDB) com rentabilidade muito acima da média do mercado.

Para sustentar o modelo, segundo investidores, o banco passou a assumir riscos excessivos e a estruturar operações que inflavam artificialmente o balanço, enquanto a liquidez real (dinheiro imediatamente disponível para ressarcir os investidores) se deteriorava.

De acordo com Galípolo, no dia em que o BC decretou a liquidação, o Master tinha em caixa ape-

nas 10% do valor de que precisava para pagar os CDBs que estavam vencendo na mesma data. “Isso gerou a liquidação do banco”, afirmou Galípolo, assegurando que, quando assumiu a presidência do BC, em janeiro de 2025, o banco “já estava sofrendo com problemas de liquidez e com dificuldades para continuar captando recursos com garantia do FGC”.

ajn^o Leia mais, entenda e opine
Acesse:
www.ajn1.com.br

PIB

BM reduz previsão de crescimento do Brasil para 1,6%

Agência Brasil

O Banco Mundial (BM) revisou para baixo a previsão de crescimento da economia brasileira em 2026. A projeção de avanço do Produto Interno Bruto (PIB, conjunto de bens e serviços produzidos) passou de 2% para 1,6%. A estimativa consta no relatório Panorama Econômico da América Latina e o Caribe, lançado nessa quarta-feira, 08/04, em Washington, nos Estados Unidos.

A previsão anterior havia sido divulgada em janeiro. O Banco Mundial é uma instituição financeira internacional formada por 189 países. A instituição faz parte do sistema das Nações Unidas e fica sediada na capital americana.

Ao comentar a redução do crescimento, o economista-chefe do Banco Mundial para a América Latina e Caribe, William Maloney, apontou efeitos externos, como o choque no preço do petróleo, e elementos internos.

“Tem muita preocupação por parte do consumidor com as taxas de juros altíssimas que afetam consumidores endividados”, diz Maloney em entrevista onli-

ne a jornalistas.

O nível de endividamento das famílias tem sido uma das preocupações do governo, que estuda medidas como o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como forma de trabalhadores quitarem dívidas.

A projeção de crescimento do Banco Mundial está alinhada à do Banco Central (BC) brasileiro, mas abaixo do boletim Focus, que retrata o humor do mercado financeiro, que espera 1,85%. Fica abaixo também da projeção do Ministério da Fazenda, de 2,3%.

• América Latina

Para a América Latina, o Banco Mundial também revisou a projeção de crescimento da economia, passando de 2,3% para 2,1%.

Entre os motivos apontados para a desaceleração está a guerra dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã, que levou caos à cadeia produtiva do petróleo.

A região concentra países produtores de petróleo e rotas estratégicas, como o Estreito de Ormuz, ao sul do Irã.

“Os impactos imediatos da crise são através dos preços de petróleo e do gás”, avalia o eco-

nomista-chefe.

Com menos produção nos países do Golfo Pérsico e o grande obstáculo logístico em Ormuz, o preço do barril de petróleo escalou no mercado internacional.

Mais do que na América Latina, William Maloney assinala que o choque do preço do petróleo chegará ao mundo todo, fazendo com que países sejam mais cautelosos na derrubada dos juros.


Os juros altos, utilizados para esfriar a inflação, funcionam como freio na economia, com encarecimento do crédito e pressionando a política fiscal (gestão de gastos públicos) de países.

“São impactos significativos nas

economias como um todo e na questão fiscal, por isso que fizemos um downgrade [rebaixamento] da nossa previsão”.

Dos 29 países latino-americanos e caribenhos, o crescimento brasileiro é o 22º. A primeira posição é da Guiana, que deve saltar 16,3%, empurrada pela exploração de petróleo na Margem Equatorial, região geográfica próxima à Linha do Equador; também desejada pela Petrobras.

Em 2025 o país cresceu 15,4% e para 2027, a projeção é ainda maior: 23,5%. Os números da Guiana são tão superlativos que o Banco Mundial os deixou de fora ao calcular os números globais da América Latina.


ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO
08/2026 – PMC-SRP.

GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPELA
PARTICIPE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
OBJETO: Sistema de registro de preços para futura e eventual aquisição de Pneus, Câmara de Ar e Protetor, destinados ao atendimento da Prefeitura Municipal de Capela, tendo como participe o Fundo Municipal de Assistência Social e Fundo Municipal de Saúde.
VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R\$ 2.094.948,77 (dois milhões, noventa e quatro mil, novecentos e quarenta e oito reais e setenta e sete centavos).
DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Data Limite de Acolhimento das Propostas: 24/04/2026 às 08h:59 min.
Abertura da Sessão: 24/04/2026 às 09:00 hrs
Local: No site do licitante: www.licitanet.com.br
CRITÉRIO DE JULGAMENTO
Menor Preço por item
MODO DE DISPUTA
Aberto
Base Legal: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto Federal 11.462, de 31 de março de 2022 e demais legislação aplicável, Lei Complementar nº 123/2006 e redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014, com alterações posteriores dos diplomas legais pertinentes, Decreto Municipal nº 010/2024, Decreto Municipal nº 008/2024 e Lei Municipal nº 754/2025.
Parecer Jurídico: 08/2026.
PREFERÊNCIA MICROEMPRESA OU PEQUENO PORTE
Não
Disponibilização do Edital: O Edital e demais atos pertencentes ao certame poderão ser obtidos através do site oficial do Município www.capela.se.gov.br no link acesso à informação e ainda através do site www.licitanet.com.br

Capela/SE, 07 de abril de 2026.

Laize Santos de Almeida
Agente de Contratação/Pregoeira Oficial


ESTADO DE SERGIPE
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

EXTRATO DO CONTRATO N.º 26/2026/ADM

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Concorrência Eletrônica n.º 07/2025/ADM; **ÓRGÃO SOLICITANTE:** Secretaria Municipal da Infraestrutura e Habitação; **OBJETO:** Contratação de pavimentação em paralelepípedo e rede de drenagem em vias públicas do bairro Candead, neste município; **EMPRESA VENCEDORA:** North Engenharia e Consultoria LTDA (CNPJ n.º 19.129.513/0001-25); **VALOR GLOBAL:** R\$ 557.162,48 (quinhentos e cinquenta e sete mil, cento e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos); **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 10 (dez) meses; **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária: 02.13; Elemento de Despesa: 4490.51.00; Subelemento: 03; Projeto/Atividade: 1013; Fonte de Recurso: 17490000; **BASE LEGAL:** Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas condições estabelecidas no Edital. **PARECER JURÍDICO N.º:** 494/2025; **PARECER TÉCNICO N.º:** 365/2025; **NOTA DE EMPENHO N.º:** 604/2025; **DATA DA ASSINATURA:** 29/01/2026.

Estância/SE, 06 de fevereiro de 2026.
EVÂNIO DE JESUS SILVA
Agente de Contratação/PME
Portaria n.º 058/2026


ESTADO DE SERGIPE
SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA

RESULTADO DE LICITAÇÃO – HOMOLOGADA

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Concorrência Eletrônica n.º 13/2025/ADM; **ÓRGÃO SOLICITANTE:** Secretaria Municipal da Infraestrutura e Habitação; **OBJETO:** Construção de obra de construção de módulo esportivo comunitário no bairro Alagoas; **RESULTADO:** Homologada; **ITEM:** 01; **EMPRESA VENCEDORA:** HFontes Engenharia e Construtora Ltda (CNPJ n.º 39.598.322/0001-10); **VALOR GLOBAL HOMOLOGADO:** R\$ 1.039.790,66 (um milhão, trinta e nove mil, setecentos e noventa reais e sessenta e seis centavos); **BASE LEGAL:** Lei n.º 14.133/2021, bem como pelas condições estabelecidas no Edital. **PARECER JURÍDICO:** n.º 568/2025; **PARECER TÉCNICO:** n.º 16/2026; **DATA DA HOMOLOGAÇÃO:** 05/02/2026.

Estância/SE, 06 de fevereiro de 2026.
EVÂNIO DE JESUS SILVA
Agente de Contratação/PME
Portaria n.º 058/2026

ESTADO DE SERGIPE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTÓVÃO
REPUBLICAÇÃO - 3
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 06/2025-PMSC
(Processo SEI n.º 2025.0010.000000158-5)

OBJETO: Concessão de uso, a título oneroso, de imóvel de propriedade do Município de São Cristóvão, Quiosque 03, localizado no Parque Natural Aloizio Fontes dos Santos (Bica dos Pintos), conforme autorizado pela Lei Municipal n.º 351/2018, que deverá ser utilizado para a exploração comercial de refeições, lanches e bebidas em geral, constantes no Anexo II – Termo de Referência deste Edital. Órgão Gerenciador: Prefeitura Municipal de São Cristóvão/SE.

Modalidade: Concorrência na forma eletrônica.
Critério de julgamento: Maior Lance. **Valor Mínimo do Lance:** R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por item.
Modo de disputa: aberto. **Regime de execução:** empreitada integral. **Prazo da Concessão:** 05 (cinco) anos.
Abertura da sessão (análise das propostas, início da disputa): 13 de maio de 2026, às 09:30h.

Local da disputa: Portal www.licitanet.com.br **Parecer Jurídico:** 1058/2025
Informações: O Edital e informações complementares encontram-se à disposição dos interessados no Portal de Compras do Município de São Cristóvão no endereço <https://compras.saocristovao.se.gov.br/portal/default.aspx>, no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP no endereço www.gov.br/pncp/pt-br, na sala da Diretoria de Licitações e Contratos Centralizados, situada no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de São Cristóvão, Praça São Francisco, nº 11, nesta Cidade, Estado de Sergipe, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 08h00min às 16h00min, através do e-mail: licitacao@saocristovao.se.gov.br / licitacao@saocristovao.se.gov.br / licitacao@saocristovao.se.gov.br / www.licitanet.com.br, ou através do telefone (79) 9.9657-2784 ou (79) 3045-4930.
São Cristóvão/SE, 08 de abril de 2026.
Carivaldo dos Santos Júnior
Agente de Contratação

PROGRAMAÇÃO DO CINEMARK

09/04/2026 a 15/04/2026

ESTREIAS – 09/04

• BTS WORLD TOUR 'ARIRANG' IN GOYANG: LIVE VIEWING • O Drama

SHOPPING RIOMAR

Zuzubalândia - O Filme ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00
Super Mario Galaxy: O Filme DUB Qui Sex Sáb Dom Seg Ter Qua 14:10 16:50 19:30 22:10
Zuzubalândia - O Filme ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00
Super Mario Galaxy: O Filme DUB Sáb Dom 12:20 15:00 17:40 20:20 Qui Sex Seg Ter Qua 15:00 17:40 20:20
Zuzubalândia - O Filme ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00
Super Mario Galaxy: O Filme DUB 3D Sáb 13:20 16:10 18:40 21:20 Dom 13:20 16:00 18:40 21:20 Qui Sex Seg Ter Qua 16:00 18:40 21:20
Nuremberg LEG Qui Sex Dom Seg Ter Qua 16:40
Velhos Bandidos ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00 19:50 22:00 Sáb 13:50 Dom 19:50 22:00
BTS WORLD TOUR 'ARIRANG' IN GOYANG: LIVE VIEWING LEG Sáb 16:00 19:45
Cinco Tipos de Medo ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00 15:30 21:50 Sáb 13:30 Dom 15:30 21:50
BTS WORLD TOUR 'ARIRANG' IN GOYANG: LIVE VIEWING LEG Sáb 16:00
O Mago do Kremlin LEG Dom 12:00 18:10 Qui Sex Seg Ter Qua 18:10 Sáb 20:00
Zuzubalândia - O Filme 60' ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00
O Drama LEG Sáb Dom 13:10 15:40 18:30 21:00 Qui Sex Seg Ter Qua 15:40 1 8:302 1:00
Devoradores de Estrelas LEG Qui Sex Sáb Dom Seg Ter Qua 18:20 21:40
Devoradores de Estrelas LEG Qui Sex Sáb Dom Seg Ter Qua 14:40
Velhos Bandidos ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00

SHOPPING JARDINS

Devoradores de Estrelas DUB Qui Sex Sáb Dom Seg Ter Qua 15:00 18:20 21:40
Cinco Tipos de Medo ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00
Zuzubalândia - O Filme ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00
O Drama DUB Sáb 13:30 20:20 Qui Sex Dom Seg Ter Qua 17:10 19:50 22:20
Nuremberg DUB Qui Sex Dom Seg Ter Qua 14:00
BTS WORLD TOUR 'ARIRANG' IN GOYANG: LIVE VIEWING LEG Sáb 16:00
Velhos Bandidos ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00 15:40 22:30 Dom 15:40 22:30
BTS WORLD TOUR 'ARIRANG' IN GOYANG: LIVE VIEWING LEG Sáb 16:00 19:45
Os Estranhos 3 DUB Sáb 13:40 Qui Sex Dom Seg Ter Qua 17:50 20:10
Zuzubalândia - O Filme ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00
Uma Segunda Chance DUB Qui Sex Sáb Dom Seg Ter Qua 13:50 16:30
Cinco Tipos de Medo ORI Qui Sex Sáb Dom Seg Ter Qua 19:10 21:50
Zuzubalândia - O Filme ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00
Super Mario Galaxy: O Filme DUB Sáb Dom 12:00 14:40 Qui Sex Seg Ter Qua 14:40
Super Mario Galaxy: O Filme DUB 3D Qui Sex Sáb Dom Seg Ter Qua 17:20 20:00
Casamento Sangrento: A Viúva DUB Qui Sex Sáb Dom Seg Ter Qua 22:25
Zuzubalândia - O Filme ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00
Super Mario Galaxy: O Filme DUB Sáb Dom 12:40 15:20 18:00 20:40 Qui Sex Seg Ter Qua 15:20 18:00 20:40
Zuzubalândia - O Filme ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00
Super Mario Galaxy: O Filme DUB 3D Sáb Dom 13:20 16:00 18:40 21:20 Qui Sex Seg Ter Qua 16:00 18:40 21:20
Zuzubalândia - O Filme ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00
Super Mario Galaxy: O Filme DUB Qui Sex Sáb Dom Seg Ter Qua 14:10 16:40 19:20 22:00
O Drama DUB Qui Sex Sáb Dom Seg Ter Qua 16:20 19:00 21:30
Cinco Tipos de Medo ORI Qui Sex Seg Ter Qua 12:00 Sáb Dom 13:00

Adolescentes

Índice de iniciação sexual precoce em Sergipe é o 4º menor do país

■ SEGUNDO O IBGE, 28% DOS ADOLESCENTES DO ESTADO DE 13 A 17 ANOS DECLARARAM JÁ TER TIDO RELAÇÃO SEXUAL ALGUMA VEZ

A Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2024, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), traz um panorama detalhado sobre a saúde e os comportamentos de estudantes de 13 a 17 anos no Brasil. Em Sergipe, os dados relacionados à vida sexual dos escolares colocam o estado entre os menores percentuais do país, ao mesmo tempo em que evidenciam desafios importantes no acesso à informação, aos métodos contraceptivos e à prevenção da gravidez e das infecções sexualmente transmissíveis.

Em Sergipe, 28% dos escolares de 13 a 17 anos declararam já ter tido relação sexual alguma vez, o quarto menor índice do Brasil e o terceiro menor do Nordeste. O percentual apresenta diferença por sexo: 33,3% entre os meninos e 23,1% entre

as meninas. Ao observar a dependência administrativa da escola, o índice é maior na rede pública (30,5%) do que na privada (17,8%).

Entre os adolescentes sergipanos que já tiveram relação sexual, 36,3% informaram que a primeira relação ocorreu aos 13 anos de idade ou menos. O dado varia significativamente por sexo: 44,6% entre os meninos e 24,9% entre as meninas. Nas escolas públicas, o percentual é de 36,8%, enquanto nas privadas chega a 32,2%.

A PeNSE 2024 mostra ainda que 60,7% dos escolares sergipanos que já tiveram relação sexual utilizaram camisinha na primeira relação, índice ligeiramente inferior à média nacional (61,7%). A diferença por sexo também é expressiva: 54,6% entre os meninos, contra 69,1% entre as meninas.

Na última relação sexual, o uso de preservativo foi relatado por 56,4% dos adolescentes em

Sergipe. Quando perguntados sobre como conseguiram a camisinha na última relação, os estudantes sergipanos apontaram principalmente a compra em estabelecimentos comerciais (33%), seguida do serviço de saúde (26,6%) e do parceiro sexual (20%). A escola aparece com apenas 2% e com os pais ou responsáveis, 5,1%.

• Gravidez

A PeNSE 2024 também investigou a ocorrência de gravidez entre escolares do sexo feminino que já tiveram relação sexual. Em Sergipe, 8,8% engravidaram alguma vez na vida. Em Aracaju, o percentual sobe para 10,4%, o terceiro maior entre as capitais brasileiras. Diferentemente da maioria dos estados, onde os índices são menores nas capitais, Sergipe está entre os poucos — ao lado de Piauí, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Mato Grosso — em que essa lógica se inverte.



PESQUISA APONTA QUE 60,7% DOS ESTUDANTES SERGIPANOS UTILIZARAM CAMISINHA NA PRIMEIRA RELAÇÃO SEXUAL

• Outros métodos contraceptivos

Entre os escolares de Sergipe que já tiveram relação sexual, 32,7% utilizaram outro método para evitar gravidez na última relação, além do preservativo. Dentre esses, predominam a pílula anticoncepcional (45,8%), a pílula do dia seguinte (15,4%) e métodos injetáveis (12,8%).

O uso da pílula do dia seguinte alguma vez na vida foi relatado por 33,9% dos adolescentes sergipanos, o segundo maior índice do Nordeste, atrás ape-

nas do Maranhão. O percentual da busca pelo medicamento é mais elevado entre as meninas (45,7%) do que entre os meninos (25,1%) - neste caso para encaminhar à parceira. A principal forma de obtenção do medicamento foi a compra em farmácias (61,7%), seguida do serviço de saúde (13,6%) e do parceiro sexual (9,5%).

• Orientação nas escolas

No campo da educação em saúde, 66,5% dos escolares de Sergipe afirmaram ter recebido orientação na escola sobre prevenção da gravidez, percentual que em Aracaju foi de 63,9%. Sobre HIV/Aids e outras infecções sexualmente transmissíveis, o índice estadual sobe para 70,3% em Sergipe, sendo maior nas escolas privadas (74,2%) do que nas públicas (69,4%).

Já a orientação sobre aquisição gratuita de camisinha alcançou 54% dos estudantes em

Sergipe, o terceiro maior índice do Nordeste. Em Aracaju, embora o percentual seja menor (50,6%), a capital registra o segundo maior índice entre as capitais nordestinas.

• Pesquisa

Na quinta edição, a PeNSE se propõe a compor um panorama da saúde de adolescentes que estão na escola. “O objetivo da PeNSE é analisar fatores de risco e de proteção para as doenças crônicas degenerativas, que são as doenças que, infelizmente, mais matam no mundo precocemente. Trata-se de hipertensão, diabetes, problemas cardiovasculares, pulmonares, câncer”, afirmou Marco Andreazzi, gerente nacional da pesquisa.



EM ITABAIANA

Professor de futebol é preso por aliciar adolescentes

A Polícia Civil de Sergipe, por intermédio do Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis (DAGV) de Itabaiana, cumpriu nessa quarta-feira, 08/04, mandados de prisão preventiva e de busca e apreensão domiciliar contra um professor de escolinha de futebol investigado por crimes contra a dignidade sexual de um adolescente no município.

De acordo com as investigações, o homem teria utilizado o pretexto de sua atuação profissional para atrair a vítima, oferecendo falsas promessas de ganhos financeiros e oportunidades em grandes clubes de futebol. A partir desse artifício, ele aliciava o jovem com o objetivo de satisfazer a própria lascívia, valendo-se da confiança depositada por alunos e familiares.

Durante a operação, foram apreendidos aparelhos eletrônicos na residência do investigado. Os materiais serão submetidos à perícia técnica e devem contribuir para o avanço das investigações e a instrução do inquérito policial.

A representação pelas medidas cautelares foi deferida pela Comarca de Itabaiana, com base nos elementos de informação reunidos pela unidade especializada. O investigado foi encaminhado à delegacia e permanece à disposição do Poder Judiciário, aguardando audiência de custódia.

A Polícia Civil reforça a importância da colaboração da população por meio de denúncias anônimas, que podem ser feitas pelo Disque-Denúncia, no número 181, para o combate a crimes contra crianças e adolescentes.

AGRICULTORES EM SALGADO

Crédito fundiário do BNB realiza sonho de 10 famílias

Famílias de produtores rurais do município de Salgado, na região Centro-Sul do estado, conseguiram realizar um sonho coletivo: tornaram-se proprietários de uma fazenda com 53,9 hectares de terra. Foram beneficiadas 10 famílias por meio do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF). A assinatura da aquisição foi realizada no último dia 06/04, na Fazenda Santa Fé.

As famílias receberam crédito de R\$ 2,7 milhões para compra do terreno e custear serviços como infraestrutura e assistência técnica. Desde 2018, na parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA) e o Banco do Nordeste (BNB), foram financiados mais de R\$ 20,9 milhões para 193 famílias em Sergipe.

Os novos proprietários, representantes de entidades rurais, do MDA, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), da Empresa de Desenvolvimento Sustentável de Sergipe (Pronese) e gestores do BNB estiveram presentes na cerimônia de transferência de propriedade.

“O crédito fundiário é um importante instrumento de melhoria de aspectos sociais e econômicos. Essa entrega do terreno que pertenciam à fazenda Santa Fé reforça o papel do Banco do Nordeste como indutor do processo de desenvolvimento da Região”, disse o gerente da agência do BNB em Lagarto, João Henrique Carvalho.

Segundo o agricultor Jasiel dos Santos, que assinou a escritura da propriedade, “aqui tem água em abundância, então eu e minha família vamos poder produzir mais e melhor. A gente trabalhava em um pedaço de chão arrendado em Nossa Senhora da Glória, mas daqui em diante essa realidade vai mudar”, afirmou.

O superintendente estadual do BNB, César Santana, destacou que o crédito fundiário é um dos braços da atuação da instituição no segmento agropecuário. Em 2025, o BNB registrou volume de mais de R\$ 1,2 bilhão aplicados na área rural, sendo R\$ 601 milhões destinados à agricultura familiar.

“Somente nessa assinatura, cada uma das famílias foi beneficiada com crédito de R\$ 270 mil, para os custos do projeto produtivo e da compra da terra. É a realização do sonho desses agricultores familiares, que passam ter acesso também a linhas de investimento e custeio agrícola”, explicou o superintendente.

AQUICULTURA

Sergipe é o 4º maior produtor de camarão do Brasil

A criação de camarão tem se consolidado como uma das atividades mais importantes da aquicultura em Sergipe, movimentando a economia local e gerando emprego e renda em diversas regiões. Em viveiros espalhados por áreas próximas a rios e estuários, produtores acompanham diariamente o desenvolvimento dos crustáceos, garantindo alimentação, manejo adequado da água e cuidados sanitários até o momento da colheita. Todo o trabalho é acompanhado pela gestão estadual, por meio da Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro).

A atividade, conhecida como carcinicultura, reúne uma cadeia produtiva que vai desde a produção de larvas até o beneficiamento do camarão para consumo, se consolidando como uma atividade estratégica para o desenvolvimento da aquicultura no estado. Resultado disso é que, hoje, Sergipe ocupa a quarta posição entre os maiores produtores de camarão do Brasil. Estimativas recentes do setor, como as da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de Sergipe (Fecomércio-SE), apontam que a produção anual pode variar entre 10 mil e 12 mil toneladas.

• Produção

Em municípios como Nossa Senhora do Socorro e Barra dos



THIAGO SANTOS

■ Produção anual de camarão em Sergipe pode variar entre 10 mil e 12 mil toneladas

Coqueiros, a atividade tem ajudado a fortalecer a economia local e a gerar renda para muitas famílias. Antes de chegar aos viveiros de engorda, o camarão passa por um processo inicial de reprodução e criação em laboratório. Esse trabalho é realizado em empresas especializadas, responsáveis pela produção das chamadas pós-larvas, estágio em que os animais são comercializados para os produtores.

O processo começa com a reprodução dos camarões adultos e segue por diferentes fases de desenvolvimento até atingir o tamanho ideal para a venda. Todo esse processo ocorre com acompanhamento técnico e controle sanitário, garantindo que os animais cheguem aos produtores com qualidade e segurança.

Já a etapa de engorda dos camarões ocorre nos viveiros instalados em áreas próximas a rios e estuários. Nessas propriedades, os produtores realizam o manejo da água, a alimentação e o acompanhamento do desenvolvimento dos animais até o momento da colheita.

• Controle sanitário

O monitoramento sanitário é realizado pela Emdagro, órgão responsável pela defesa sanitária animal no estado. A médica veterinária da Emdagro Sônia Angélica Souza Silva explica que o objetivo é cadastrar os produtores e monitorar a movimentação dos animais aquáticos no estado. “Nosso trabalho é cadastrar os produtores e controlar o trânsito dos animais aquáticos para evitar que doen-

ças entrem no estado ou se espalhem. Com esse monitoramento, conseguimos rastrear rapidamente qualquer problema sanitário”, frisou.

Após a colheita, o camarão segue para as unidades de beneficiamento, onde passa por etapas de limpeza, processamento e conservação antes de chegar ao consumidor.

Segundo a médica veterinária da empresa pública, Roberta Bruna Fidelis Lins Peixoto, o controle começa ainda antes da construção das unidades de beneficiamento. “A inspeção começa na análise do terreno e das instalações. Em seguida, quando a agroindústria entra em funcionamento, seguimos acompanhando o processo produtivo para garantir que o produto esteja dentro dos padrões sanitários”, explicou.

Durante as inspeções, também são avaliadas as condições de higiene e o fluxo de produção dentro das agroindústrias. “Observamos os hábitos higiênicos dos manipuladores, se estão utilizando touca, máscara e outros equipamentos de proteção, além de verificar se o fluxo de processamento evita riscos de contaminação cruzada”, apontou Roberta.

Além da análise das instalações, a equipe realiza, ainda, coletas de produtos para exames laboratoriais.

FEMINICÍDIO

Corpo encontrado carbonizado é de jovem desaparecida

O Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) elucidou o caso do desaparecimento de Ângela Fabrícia Santos Brito, de 26 anos, vista pela última vez no dia 24 de fevereiro de 2026, no Loteamento Várzea Grande, em São Cristóvão, e prendeu o principal suspeito do crime, com quem a vítima teve um relacionamento.

A vítima, cujo corpo foi localizado em um canal no município de Laranjeiras dois dias depois, teve a identidade confirmada por exames periciais, e as investigações resultaram na captura de um homem de 32 anos, realizada

no bairro 17 de Março, em Aracaju. A informação foi divulgada nessa 08/04.

Segundo a diretora do DHPP, Juliana Alcoforado, o desaparecimento de Ângela foi registrado por sua mãe, que buscou informações sobre o paradeiro da filha por meio dos canais de comunicação. “A partir do registro, o DHPP iniciou as diligências investigativas para esclarecer o caso”, ressaltou.

Ainda de acordo com a delegada, o suspeito é o pai de um dos filhos da vítima e as investigações apontaram que a vítima foi vista pela última vez entrando em um veículo mode-

lo Ônix, de cor prata, posteriormente vinculado ao pai de seu filho mais novo, com quem havia mantido um relacionamento anterior.

Durante as apurações, os policiais identificaram possíveis ligações entre o desaparecimento e um corpo carbonizado encontrado no dia 26 de fevereiro, em um canal no município de Laranjeiras. Exames de DNA realizados pelo Instituto Médico Legal (IML) e pelo Instituto de Criminalística confirmaram que o corpo era de Ângela Fabrícia.

Com base na coleta de provas e nas diligências realiza-

das, com apoio da Divisão de Inteligência e Planejamento Policial (Dipol), da Polícia Científica e da Secretaria de Defesa Social de Aracaju, as equipes do DHPP localizaram e prenderam o suspeito em uma residência no bairro 17 de Março, na zona sul da capital.

Durante a ação, também foi apreendido o veículo utilizado no crime, que havia sido vendido a um terceiro dias após o ocorrido. “As investigações seguem em andamento para o completo esclarecimento dos fatos”, reforçou a diretora do DHPP, Juliana Alcoforado.



SEGURANÇA ALIMENTAR

A Secretaria de Estado da Assistência Social, Inclusão e Cidadania (Seasic), por meio do PAA Quilombola, realizou na última terça-feira, 7, a entrega de mais de quatro toneladas de alimentos na Aldeia Xocó, em Porto da Folha, beneficiando mais de 148 famílias quilombolas. A iniciativa garante o acesso à alimentação de qualidade para populações em situação de vulnerabilidade, ao mesmo tempo em que fortalece a agricultura familiar de comunidades tradicionais. Entre os itens distribuídos estavam banana prata, macaxeira com casca, inhame, tangerina, laranja, bolo de ovos, abacaxi e biscoito, oriundos dos municípios de Capela, Japarutuba e Pirambu. Érica Mitidieri destacou que a ação reforça o compromisso com a segurança alimentar e a valorização das comunidades quilombolas, respeitando sua história, cultura e modos de vida.



CEO DA VALOR RECEBE SÓGR CLUBE

O CEO da Valor Imobiliária, Aroldo Franca, recebeu representantes da SÓGR Clube para uma reunião de alinhamento voltada ao fortalecimento de projetos esportivos em Sergipe. O encontro destacou o papel da iniciativa privada no incentivo ao esporte e na promoção de ações com impacto social. Durante a reunião, foram discutidas estratégias, planejamento e possibilidades de parceria, com foco na ampliação de oportunidades por meio do esporte e da cultura. Aroldo Franca ressaltou a importância de apoiar iniciativas que contribuam para a transformação de vidas e o desenvolvimento social. A agenda reforça o compromisso da Valor Imobiliária com projetos que geram impacto positivo, consolidando a atuação da empresa como parceira de ações voltadas ao esporte e à cidadania.

DESTAQUE

CONEXÃO

POR PAULA TOQUINHO
PAULA.TOQUINHO@YAHOO.COM.BR



MULHERES INSPIRADORAS

O Centro de Excelência Master promoveu, ao longo do mês de março, mais uma edição do projeto Mulheres na Ciência, consolidando a iniciativa como uma ação contínua dedicada à valorização do protagonismo feminino na sociedade e nos diversos campos do conhecimento. Em 2026, o projeto ampliou seu alcance ao integrar as ações "Educar para Proteger" e "Mulheridades e Políticas Públicas", incentivando reflexões entre os estudantes sobre equidade de gênero, direitos e o enfrentamento à violência contra a mulher. A programação contou com a participação de 14 mulheres convidadas, que compartilharam suas trajetórias profissionais e experiências com os alunos, fortalecendo o diálogo e a inspiração. A iniciativa reafirma o compromisso do Master com a formação crítica dos estudantes e com a valorização das múltiplas vivências femininas.



Baixe o APP
TUDO AQUI. TUDO FÁCIL!
Para vender, alugar ou cadastrar seu imóvel.

VALOR
Vendas: (79) 9 9985-4222 | Aluguéis: (79) 9 9850-5222
@valorimobiliaria
www.valorimobiliaria.com.br

"SIMPLES ASSIM"

A capital sergipana será o ponto de partida da turnê pelo Nordeste da comédia "Simple Assim". O espetáculo, inspirado nas crônicas da escritora Martha Medeiros, acontece nos dias 24, 25 e 26 de abril, no Teatro Tobias Barreto, com atuações de Alexandra Richter, Georgiana Góes e Pedroca Monteiro. A produção local é da Villela Produções, empresa sergipana que atua no fortalecimento da agenda cultural e na inserção de Aracaju no circuito de grandes turnês nacionais.

DANCEBOOK BRASIL

Há mais de um século, danças são registradas mundo afora em partituras, como nas de música. Mas as danças brasileiras nunca tiveram esses registros. Por isso, reafirmando seu compromisso com a valorização da cultura nacional, o Bradesco anuncia o lançamento do "Dancebook Brasil", projeto inédito realizado em parceria com o coreógrafo Carlinhos de Jesus. A iniciativa marca um momento histórico ao registrar, pela primeira vez, ritmos tradicionais da dança brasileira em partituras coreográficas, utilizando o método Benesh, sistema internacional de notação da dança muito usado nos ballets europeus.

DESTAQUE CIENTIFICO



A oncologista Karina Ferreira representou o Grupo Vitta durante a Conferência Brasileira de Câncer de Mama LACOG-GBECAM, realizada em São Paulo (SP), um dos principais encontros científicos da área no país. O evento, organizado pelo LACOG em parceria com o GBECAM, reúne especialistas para atualização sobre avanços no diagnóstico e tratamento da doença, promovendo a troca de conhecimento e o fortalecimento da prática clínica. Licenciada pelo tradicional San Antonio Breast Cancer Symposium, a conferência aborda temas como medicina de precisão, genética, diagnóstico molecular, novas terapias e o manejo do câncer de mama em diferentes estágios, incluindo os casos iniciais e metastáticos.

ENCONTRO CIRCO NO MEIO



Aracaju recebe, de 18 a 25 de abril, a quarta edição do Encontro Circo no Meio, festival dedicado às artes circenses que reúne artistas locais e convidados de diferentes regiões do país em uma programação gratuita e aberta ao público. Realizado pela Aldeia Escola de Circo e contemplado pelo edital da PNAB N° 06/2025 da Funcap na categoria Festivais, feiras e mostras, o projeto promove formação técnica, apresentações e ações culturais em diferentes territórios da cidade, ampliando o acesso à arte e fortalecendo a cena circense sergipana. O evento também se destaca pelo compromisso com a acessibilidade, oferecendo interpretação em Libras e audiodescrição durante os espetáculos, além de um espaço de regulação sensorial. Toda a programação conta com acompanhamento de uma consultoria especializada, garantindo que as atividades sejam mais inclusivas e acessíveis para diferentes públicos.

Alimentos

Preço da cesta básica em Aracaju sobe 6,32%

EM MARÇO, SEIS DOS 12 PRODUTOS QUE COMPÕEM A CESTA BÁSICA TIVERAM AUMENTO NOS PREÇOS MÉDIOS

Em março de 2026, o preço da cesta básica de alimentos em Aracaju apresentou alta de 6,32%. O valor ficou em R\$ 598,45, a cesta mais barata entre as capitais do Norte e Nordeste. Na comparação com março de 2025, houve aumento de 5,09% e, nos três primeiros meses de 2026, de 10,93%. Os dados são do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em parceria com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), divulgados nessa quarta-feira, 08/04. Entre fevereiro e março, seis dos 12 produtos que compõem a cesta básica tiveram aumento nos preços médios: tomate (46,51%), feijão carioca (10,90%), banana (3,07%), arroz agulhinha (2,80%), carne bovina de primeira (2,61%) e óleo de soja (0,73%). O preço médio da farinha de mandioca não se alterou. Os outros cinco itens apresentaram queda de preço: pão francês (1,37%), café em pó (1,24%), açúcar cristal (1,11%), leite integral (-0,90%) e manteiga (0,60%). No acumulado dos últimos 12 meses, foram registrados aumentos em cinco dos 12 produtos: tomate (25,32%), feijão carioca (16,97%), café em pó (10,35%), carne bovina de primeira (9,96%)

e pão francês (1,58%). Os alimentos que apresentaram diminuição de preços foram: arroz agulhinha (20,56%), açúcar cristal (16,78%), leite integral (8,03%), manteiga (5,05%), farinha de mandioca (3,57%), banana (3,01%) e óleo de soja (0,72%). Já no acumulado do ano, ou seja, entre dezembro de 2025 e março de 2026, seis produtos registraram alta: tomate (98,00%), feijão carioca (18,47%), banana (10,71%), carne bovina de primeira (4,43%), pão francês (1,16%) e café em pó (0,07%). Os seguintes alimentos apresentaram queda de preço: óleo de soja (7,03%), leite integral (3,34%), arroz agulhinha (2,65%), açúcar cristal (2,19%), farinha de mandioca (-1,52%) e manteiga (0,98%). Em março de 2026, o trabalhador de Aracaju remunerado pelo salário mínimo de R\$ 1.621,00 precisou trabalhar 81 horas e 13 minutos para adquirir a cesta básica. Em fevereiro de 2026, o tempo de trabalho necessário havia sido de 76 horas e 23 minutos. Em março de 2025, quando o salário mínimo era de R\$ 1.518,00, o tempo de trabalho necessário era de 82 horas e 32 minutos. Considerando o salário mínimo líquido, após o desconto de 7,5% da Previdência Social, o mesmo trabalhador precisou comprometer, em março

de 2026, 39,91% da renda para adquirir a cesta. Em fevereiro de 2026, esse percentual correspondeu a 37,54% da renda líquida e, em março de 2025, a 40,56%.
• **Outras capitais**
O valor do conjunto dos alimentos básicos subiu nas 27 capitais onde o Dieese realiza mensalmente a Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos. Entre fevereiro e março, as principais elevações ocorreram em Manaus (7,42%), Salvador (7,15%), Recife (6,97%), Maceió (6,76%), Belo Horizonte (6,44%), Aracaju (6,32%), Natal (5,99%), Cuiabá (5,62%), João Pessoa (5,53%) e Fortaleza (5,04%). São Paulo foi a capital onde o conjunto dos alimentos básicos apresentou o maior custo (R\$ 883,94), seguida por Rio de Janeiro (R\$ 867,97), Cuiabá (R\$ 838,40) e Florianópolis (R\$ 824,35). Nas cidades do Norte e do Nordeste, onde a composição da cesta é diferente, os menores valores médios foram registrados em Aracaju (R\$ 598,45), Porto Velho (R\$ 623,42), São Luís (R\$ 634,26) e Rio Branco (R\$ 641,15).

CONVITE AUDIÊNCIA PÚBLICA



O Conselho Cidadão de Barra dos Coqueiros e a CONSTRUCENTER URBANISMO convidam a todos para apresentação do Relatório de Impacto de vizinhança do ILHA BELA BARRA RESIDENCE

22 DE ABRIL 2026, ÀS 19:30H

COLÉGIO MUNDO MÁGICO, RUA GONZAGUINHA, 99 PRISCO VIANA, BARRA DOS COQUEIROS.



Conselho Cidadão



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

Av. Empresário José Carlos Silva, 2482. Cj. Augusto Franco Bairro Farolândia Aracaju-SE - CEP 49030-640 TEL.: (79)3243-8500



www.sergipegas.com.br

MENSAGEM DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva da Sergipe Gás S.A. - SERGAS vem a público divulgar aos acionistas, conselheiros, fornecedores, colaboradores e a sociedade em geral o Relatório da Administração 2025, que contempla os resultados, avanços e conquistas alcançados no ano em que a Companhia completou seu 32º aniversário.

Os nossos destaques iniciais em relação ao ano de 2025 são os seguintes:

a) alcançamos dois importantes marcos na direção da interiorização do gás natural no estado de Sergipe, que foram: i) o início do fornecimento de gás natural no município de Lagarto/SE, para atendimento inicial à Unidade Usuária industrial Maratá Sucos do Nordeste; e ii) o início da implantação da infraestrutura de distribuição de gás natural que levará o gás natural canalizado ao município da Barra dos Coqueiros/SE.

b) demos continuidade à estratégia de expansão e de saturação da rede de distribuição de gás natural da SERGAS, construindo 4,13 quilômetros de rede de distribuição, que representaram investimentos da ordem de R\$ 16.627 mil - dentre os principais projetos de expansão e de saturação de rede desenvolvidos ao longo de 2025, destacam-se os seguintes: i) construção e montagem da EMED (Estação de Medição) da UTE Posto de Sergipe I; ii) construção da rede de distribuição de gás natural para atendimento ao município da Barra dos Coqueiros/SE; iii) construção do primeiro estágio da Rede Estruturante de distribuição de gás natural no município de Lagarto; e iv) construção do ramal de conexão da Indústria Radiante no município de Estância.

c) no âmbito do Mercado Livre merecem ser destacados: i) o início da prestação dos serviços de movimentação de gás natural aos usuários Cerâmica Serra Azul e Cerâmica Capri, que optaram pela migração para o mercado livre, passando a adquirir a molécula do gás natural junto aos agentes comercializadores por elas contratados; ii) a movimentação de gás natural para atendimento à Unidade Usuária UTE Porto de Sergipe I, de propriedade da ENEVA, em decorrência de Ordem de Despacho do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. O gráfico 1 permite a visualização da curva de comportamento do volume movimentado pela Companhia no âmbito do Mercado Livre nos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025.

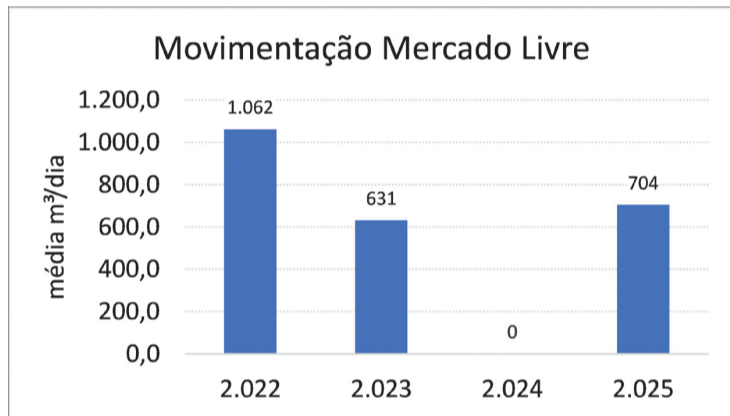


Gráfico 1 - Movimentação Mercado Livre (1.000m³/dia) (2022-2025) Fonte: GESCOM - Gerência de Suprimento e Comercialização de Gás, 2025.

d) encerramos o ano de 2025 com um total de 49.607 Unidades Usuárias (ou Unidades Consumidoras, ou UCs) interligadas ao sistema de distribuição de gás natural da SERGAS, com a conexão de 4.022 novas UCs, as quais estão concentradas em sua grande maioria no segmento Residencial - isso significa mais gente conectada ao gás natural, com o consequente aumento dos níveis de saturação dos gasodutos de distribuição implantados.

e) prestamos os serviços de movimentação de gás natural necessários para o comissionamento da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados (FAFEN), localizada em Laranjeiras/SE, que voltou a ser administrada pela PETROBRAS, e que retomou a produção de amônia em 31/12/2025, após mais de um ano em estágio de hibernação.

Como a relação da SERGAS com a sociedade sergipana vai além dos negócios do gás natural, merece destaque a continuidade em 2025 das ações de compromisso social que já vêm sendo adotadas há algum tempo, entre as quais citamos a manutenção do apoio aos projetos sociais mantidos pelas instituições Legião Feminina de Educação e Combate ao Câncer (LFECC) e Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição (SAME). Além disso, a SERGAS ampliou os seus laços com a sociedade sergipana através do apoio a importantes eventos culturais que marcam o calendário local, a exemplo do Arraiá do Povo e do Pré-Caju.

Essas realizações da SERGAS no ano de 2025 ratificam a nossa intenção de seguirmos firmes em relação aos compromissos de expandir o gás natural no estado de Sergipe, de beneficiar mais pessoas e empresas com o uso do energético e de manter uma relação cada vez mais próxima com a comunidade sergipana, trabalhando em prol do seu desenvolvimento.

A EMPRESA

A Sergipe Gás S.A. - SERGAS é uma empresa de Economia Mista de capital fechado constituída em 27/12/1993, vinculada à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e da Ciência e Tecnologia, e que tem como sócios o Estado de Sergipe e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. Em 18/03/1994 assinou juntamente com o Estado de Sergipe (na condição de Poder Concedente) o Contrato de Concessão que lhe atribuiu o direito de explorar, com exclusividade em todo o território do Estado de Sergipe, pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, os serviços de distribuição de gás canalizado aos diversos segmentos de mercado (comercial, industrial, institucional, residencial, automotivo e outros).

A SERGAS é, portanto, a Concessionária responsável pela prestação dos serviços concedidos de Distribuição de Gás Natural Canalizado no Estado de Sergipe, atuando como um vetor de desenvolvimento local, na medida em que a expansão da sua infraestrutura possibilita a atração de novos negócios e investimentos no âmbito estadual.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Sergipe Gás S/A - SERGAS é uma Sociedade anônima de Economia Mista constituída em 27/12/1993, cuja criação foi autorizada pela Lei Estadual N° 3.305/93, e que encerra o ano de 2025 tendo como Acionistas o Estado de Sergipe e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. O Estado de Sergipe é o acionista majoritário da Companhia, concentrando 75,5% das ações ordinárias e 58,5% do Capital total. Já a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda possui participação societária correspondente a 24,5% das ações ordinárias e 41,5% do Capital total.

A figura abaixo demonstra a Composição do Capital Social da Companhia



Figura 1 - Estrutura Societária

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA		
ACIONISTA	MEMBROS	CARGO
ESTADO DE SERGIPE	ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS*	DIRETOR PRESIDENTE
ESTADO DE SERGIPE	PABLO YUTAKA YSOBE MATSUO*	DIRETOR TÉCNICO E COMERCIAL
MITSUI GÁS	LAURO DANIEL BEISL PERDIZ**	DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Quadro 1 - Composição da Diretoria Executiva Fonte: SEGE (*CONAD 295 Realizado em 14/03/2025; e **CONAD 248 Realizado em 06/05/2022).

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
ACIONISTA	MEMBROS
ESTADO DE SERGIPE	DANIEL MARQUES ANDREOZZI**
ESTADO DE SERGIPE	MARCELO DOS SANTOS MENEZES*
ESTADO DE SERGIPE	VALMOR BARBOSA BEZERRA
ESTADO DE SERGIPE	VLADIMIR DE OLIVEIRA MACÉDO
MITSUI GÁS	VÍTOR CALAZANS BARONI

QUADRO 2 - Composição do Conselho de Administração Fonte: SEGE (AGE Realizada em 27/12/2024; *AGE Realizada em 05/02/2025; **AGE Realizada em 02/03/2026).

DESEMPENHO COMERCIAL

A SERGAS comercializou em 2025 um volume total de 72.637 mil m³ de gás natural para o mercado cativo, o que corresponde a uma média diária aproximada de 199,0 mil m³/dia em vendas de gás natural, verificando-se uma redução aproximada de 33% em relação ao volume comercializado em 2024, que foi de 107.922 mil m³ de gás natural, conforme demonstrado na tabela a seguir:

ANO	VOLUME ANUAL em mil m³	VOLUME em mil m³/DIA
2024	107.922	294,90
2025	72.637	199,00
VAR. %		-32,69%

Tabela 1 - Volume Anual Comercializado (2024-2025) Fonte: GESCOM - Gerência de Suprimento e Comercialização de Gás, 2025.

Os fatores que justificam essa redução do volume de vendas em 2025 são os seguintes:

i) migração dos Usuários Cerâmica Capri e Cerâmica Serra Azul para o mercado livre a partir de janeiro/25, os quais, na condição de Consumidores Livres, passaram a adquirir a molécula do gás natural diretamente junto a agentes de comercialização;

ii) redução das vendas de gás natural veicular, em função da perda de competitividade do GNV frente aos seus concorrentes.

Já no âmbito do mercado livre, a SERGAS movimentou em 2025 o expressivo volume de 228.895 mil m³ de gás, para atendimento às necessidades das Unidades Usuárias Cerâmica Capri e Cerâmica Serra Azul, ambas localizadas no município de Nossa Senhora do Socorro/SE, e da UTE Porto de Sergipe I, de propriedade da ENEVA e localizada no município de Barra dos Coqueiros/SE, na condição de Consumidores Livres contratados pela SERGAS.

De forma consolidada, quando comparado o volume anual de 2025 (comercializado no mercado cativo + movimentado para o mercado livre) com o volume anual apurado em 2024 (comercializado + movimentado), verifica-se um aumento aproximado de 205%, conforme tabela abaixo, justificado, neste caso, basicamente pela movimentação de gás natural para atendimento à UTE Porto de Sergipe I, em decorrência do despacho ordenado pelo ONS.

ANO	VOLUME ANUAL em mil m³	VOLUME em mil m³/DIA
2024	107.922	294,9
2025	329.655	903,2
VAR. %		205,46%

Tabela 2 - Volume Anual Comercializado + Movimentado (2024-2025) Fonte: GESCOM - Gerência de Suprimento e Comercialização de Gás, 2025

O gráfico 2 abaixo, demonstra a evolução do Volume Comercializado ao mercado cativo e do volume movimentado no âmbito do mercado livre ao longo dos últimos 4 (quatro) anos.

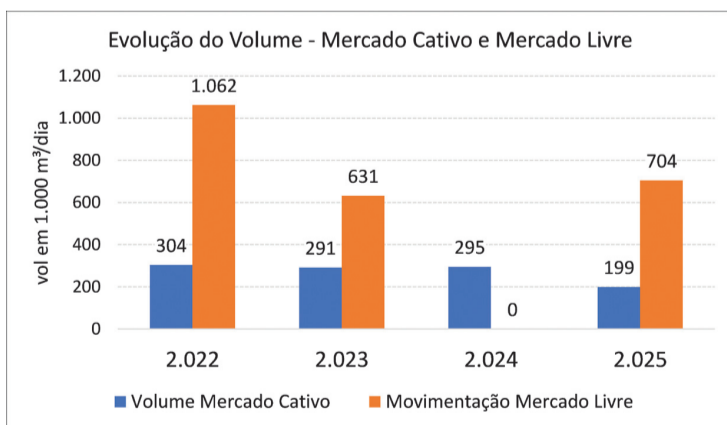


Gráfico 2 - Evolução de Volumes de Vendas Comercializado ao Mercado Cativo e do Volume Movimentado para o Mercado Livre (1.000m³/dia) (2022-2025) Fonte: GESCOM - Gerência de Suprimento e Comercialização de Gás, 2025.

VENDAS POR SEGMENTO

A SERGAS encerrou o exercício 2025 com um total de 49.607 Unidades Usuárias conectadas ao sistema de distribuição de gás natural, sendo 61 do segmento industrial, 574 do segmento comercial, 33 do segmento veicular, 9 do Segmento de cogeração, 48.927 unidades usuárias pertencentes ao segmento residencial, além de 3 Consumidores Livres.

A distribuição percentual das vendas de 2024 e de 2025, entre os diversos segmentos atendidos pela Companhia, pode ser visualizada nos gráficos abaixo, podendo ser percebido que, em 2025, houve: i) uma redução relevante da participação do segmento industrial fruto da migração da Cerâmica Serra Azul e da Cerâmica Capri para o mercado livre; ii) um importante aumento da participação dos segmentos comercial e residencial, representada pelo efetivo aumento de vendas de um ano para o outro. Já o aumento da participação das vendas do segmento veicular em 2025 se deveu basicamente à redução da concentração do segmento industrial anteriormente informada, uma vez que o desempenho de vendas neste segmento em 2025 caiu 7% quando comparado a 2024.

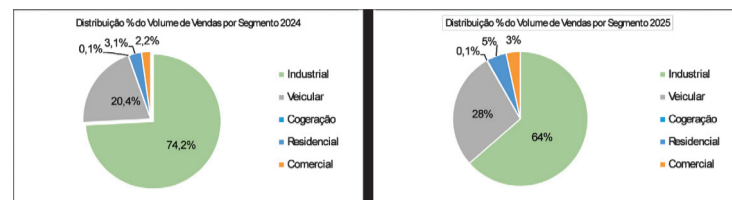


Gráfico 3 - Distribuição % do Volume de Vendas por Segmento 2024 Gráfico 4 - Distribuição % do Volume de Vendas por Segmento 2025 Fonte: GESCOM - Gerência de Suprimento e Comercialização de Gás, 2025.

Já nos gráficos abaixo é demonstrada a distribuição percentual de todo o volume registrado pela SERGAS em 2024 e em 2025, considerando o volume comercializado para o mercado cativo, juntamente com o volume movimentado no âmbito do mercado livre, nos quais é possível verificar de forma bastante clara o efeito da migração da Cerâmica Serra Azul e da Cerâmica Capri para o mercado livre em 2025, quando, no ano anterior, essas duas unidades usuárias pertenciam ao segmento industrial.

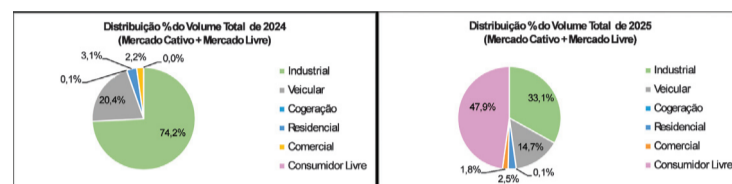


Gráfico 5 - Distribuição % do Volume Total 2024 (Mercado Cativo + Mercado Livre) Gráfico 6 - Distribuição % do Volume Total 2025 (Mercado Cativo + Mercado Livre) Fonte: GESCOM - Gerência de Suprimento e Comercialização de Gás, 2025.

Residencial

O consumo médio anual do segmento residencial em 2025 foi de 9,5 mil m³/dia, registrando-se um crescimento de 3,54% em relação a 2024 - o aumento do consumo é decorrente do balanço final (novas conexões - desconexões) de 3.968 novas unidades usuárias conectadas à rede de distribuição da SERGAS em 2025.

Comercial

O consumo médio anual do segmento comercial em 2025 foi de 6,7 mil m³/dia, representando um aumento de 2,18% em relação à média diária de vendas apurada em 2024 - o aumento do consumo é decorrente do balanço final (novas conexões - desconexões) de 52 novos estabelecimentos comerciais conectados à rede de distribuição da Companhia em 2025.

Veicular

As vendas para o segmento veicular alcançaram em 2025 a média de 56,2 mil m³/dia, representando uma redução de 6,64% em relação à média de vendas de 2024, fruto da perda da competitividade do GNV em relação aos seus principais concorrentes, que são o álcool e a gasolina, além dos veículos elétricos.

Ao final de 2025, o Departamento de Trânsito de Sergipe registrou 20.483 veículos leves utilizando GNV. Esse número representa uma queda de 362 veículos em comparação com o final de 2024, confirmando a perda de competitividade do GNV frente aos seus concorrentes.

Cogeração

O consumo médio deste segmento foi de apenas 0,22 mil m³/dia, representado pelo atendimento a 9 unidades usuárias pertencentes a diferentes ramos de atividade - Rede Hoteleira, Posto de Combustível, Estabelecimento de Ensino e uma pequena indústria - as quais possuem em comum a economicidade na geração de energia no horário de ponta. O consumo de 2025 apresentou uma redução de 6,99% em relação a 2024.

Industrial

A média diária de volume comercializado de gás natural em 2025 foi de 126,4 mil m³/dia, representando uma redução de 42,2% em relação à média diária de vendas apurada em 2024, conforme quadro a seguir, variação esta justificada basicamente pela migração da Cerâmica Capri e da Cerâmica Serra Azul para o mercado livre a partir de janeiro/2025, as quais passaram a adquirir a molécula do gás natural diretamente junto a agentes de comercialização por elas contratados, cabendo à SERGAS apenas a prestação dos serviços de movimentação do gás natural para atendimento às necessidades dessas duas unidades usuárias.

SEGMENTO	VOLUMES TOTAIS (mil m³/dia)			
	2024	2025	VAR. %	VAR. mil m³/dia
INDUSTRIAL	218,8	126,4	-42,22%	-92,4

Tabela 3 - Volume Anual Comercializado Segmento Industrial (1.000m³/dia) (2024-2025) Fonte: GESCOM - Gerência de Suprimento e Comercialização de Gás, 2025.

GNC - Gás Natural Comprimido

Em função da interrupção definitiva de suas operações, a Base de Compressão de gás natural instalada no município de Carmópolis/SE, de propriedade privada, foi desconectada do sistema de distribuição de gás natural da SERGAS em 2025.

Consumidor Livre

A média diária de volume de gás natural movimentado pela SERGAS em 2025 foi de 704,2 mil m³/dia, como resultado: i) da migração da Cerâmica Capri e da Cerâmica Serra Azul para o mercado livre a partir de janeiro/2025; ii) da movimentação de gás natural nos meses de janeiro, setembro, outubro e dezembro de 2025, para atendimento à UTE Porto de Sergipe I, de propriedade da ENEVA, em decorrência de ordem de despacho oriunda do ONS. As variações entre os volumes movimentados pela Companhia em 2024 e 2025 podem ser visualizadas na tabela a seguir.

SEGMENTO	VOLUMES TOTAIS (mil m³/dia)			
	2024	2025	VAR. %	VAR. mil m³/dia
CONS. LIVRE	0,051	704,2	1392389,53%	704,1

Tabela 4 - Volume Anual Movimentado (1.000m³/dia) (2024-2025) Fonte: GESCOM - Gerência de Suprimento e Comercialização de Gás, 2025.

Volumes anuais comercializados (em mil m³) e o Número de Unidades Usuárias

A tabela 5 abaixo demonstra os Volumes comercializados (em mil m³/dia), e o Número de Unidades Usuárias nos anos de 2023 e de 2024, com as variações apuradas entre os dois anos.

SEGMENTO	VOLUMES TOTAIS (mil m³)			NÚMERO DE UNIDADES USUÁRIAS (un)		
	2024	2025	VAR. %	2024	2025	VAR. %
RESIDENCIAL	3.370	3.480	3,26%	110	44.927	8,83%
COMERCIAL	2.370	2.480	2,53%	60	522	9,86%
INDUSTRIAL	80.075	46.144	-42,37%	33.331	56	8,93%
COGERAÇÃO	87	81	-7,15%	4	9	0,00%
ENC	0	0	-	0	0	-100,00%
GNV	22.020	20.203	-8,30%	1.517	35	-97,77%
TOTAL	107.922	72.637	-32,69%	35.285	49.604	8,80%

Tabela 5 - Volume Comercializado (1.000m³/dia) e Nº de Unidades Usuárias por Segmento (2024-2025) Fonte: GESCOM - Gerência de Suprimento e Comercialização de Gás, 2025.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38



RECEITA BRUTA

Em 2025, a Receita Bruta da SERGAS alcançou o montante acumulado de R\$ 267.399 mil, representando uma redução de cerca de 25,19% em relação a 2024, conforme se depreende da tabela 6 abaixo:

DESCRIÇÃO	2024	2025	VAR.%	VAR. R\$
RECEITA BRUTA (EM R\$ MIL)	357.416	267.399	-25,19%	-90.017

Tabela 6 – Receita Bruta (R\$ mil) (2024-2025)
Fonte: GEFIN - Gerência Financeira, 2025.

Os principais fatores que contribuíram para essa redução são os seguintes:

- i) migração da Cerâmica Capri e da Cerâmica Serra Azul para o mercado livre – a partir de janeiro/25 a SERGAS passou apenas a prestar os serviços de movimentação de gás natural para atendimento a essas duas unidades usuárias e, nesta situação, a Tarifa de Movimentação (TMOV) praticada pela SERGAS considera apenas a parcela da Margem Bruta da Concessionária, sem a incidência da Parcela do PV (Preço do gás);
- ii) redução de 8,66% da Margem Unitária da Companhia aprovada pela AGRESE, com efeito a partir de 01/05/2025, que passou de R\$ 0,5453/m³ para R\$0,4981/m³;
- iii) redução das vendas para o segmento veicular.

O gráfico 7, abaixo, demonstra a evolução da Receita Bruta ao longo dos últimos 4 (quatro) anos.

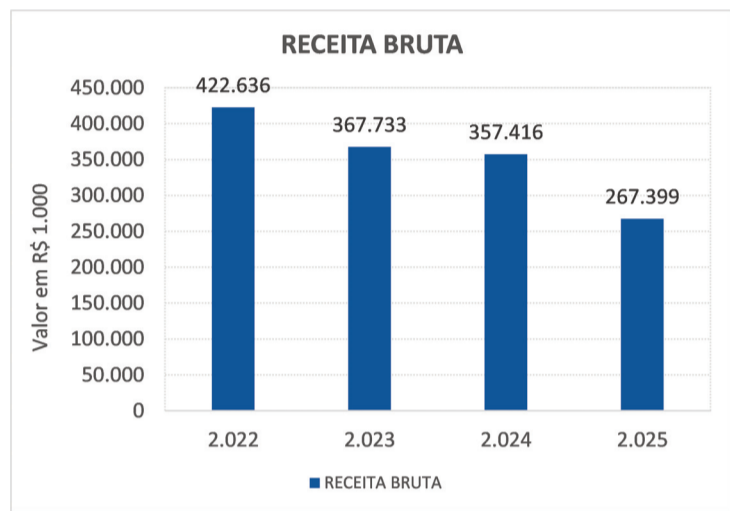


Gráfico 7 – Receita Bruta (Em R\$ MIL) (2022-2025)
Fonte: GEFIN - Gerência Financeira, 2025.

CUSTO DE AQUISIÇÃO DO GÁS

Durante o ano de 2025, a SERGAS foi suprida pela SHELL, GALP, PETROBRAS e pela LOGAS, sendo que esta última foi responsável em 2025 pelo fornecimento de gás natural no município de Lagarto/SE, com seu transporte no modal rodoviário na forma de GNC (gás natural comprimido).

Além disso, vigorou durante o ano de 2025 o Contrato Master de Transporte de Gás Natural firmado com a TAG, o qual é renovado anualmente, e que tem por objeto a contratação dos serviços de saída do gás natural nos Pontos de Entrega da Transportadora, abrangendo o gás fornecido pelas supridoras acima destacadas.

Diante da pluralidade de Supridoras, os pleitos de repasse para as tarifas das variações dos preços do gás praticados observam o preço médio ponderado de aquisição do gás natural, com acompanhamento do custo de aquisição do gás pela SERGAS através do mecanismo de "Conta Gráfica" (ou "Conta de Compensação").

Em 2025, o Custo de Aquisição do gás natural junto às Supridoras da SERGAS alcançou o montante acumulado de R\$ 170.578 mil, representando uma redução de 30,87% em relação a 2024, conforme se depreende da tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2024	2025	VAR.%	VAR. R\$
CUSTO DE AQUISIÇÃO DO GÁS (EM R\$ MIL)	246.742	170.578	-30,87%	-76.164

Tabela 7 – Custo Aquisição Gás (R\$ mil) (2024-2025)
Fonte: GEFIN - Gerência Financeira, 2025.

Como justificativa principal, temos, mais uma vez, a migração da Cerâmica Capri e da Cerâmica Serra Azul para o mercado livre, as quais passaram a adquirir a molécula do gás natural diretamente junto a agentes de comercialização por elas contratados.

Vale ressaltar que todas as variações do preço do gás natural praticado pelas Supridoras ocorridas durante o ano de 2025 tiveram o seu repasse para as tarifas da Distribuidora autorizados pela AGRESE, conforme preceitua o Contrato de Concessão.

MARGEM BRUTA

A Margem Bruta da SERGAS decorrente das suas operações, no âmbito dos mercados livre e cativo, atingiu em 2025 o montante de R\$ 57.598 mil, o que representou uma redução de cerca 8,50% em relação à Margem Bruta de 2024, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2024	2025	VAR.%	VAR. R\$
MARGEM BRUTA (EM R\$ MIL)	62.947	57.598	-8,50%	-5.349

Tabela 8 – Variação da Margem Bruta (R\$ mil) (2024-2025)
Fonte: GEFIN - Gerência Financeira, 2025.

As principais justificativas para essa redução são as seguintes:

- i) redução de 8,66% da Margem Unitária da Companhia aprovada pela AGRESE, com efeito a partir de 01/05/2025, que passou de R\$ 0,5453/m³ para R\$ 0,4981/m³;
- ii) redução das vendas para o segmento veicular.

O gráfico 8, abaixo, demonstra o comportamento da Margem Bruta ao longo dos últimos 4 (quatro) anos.

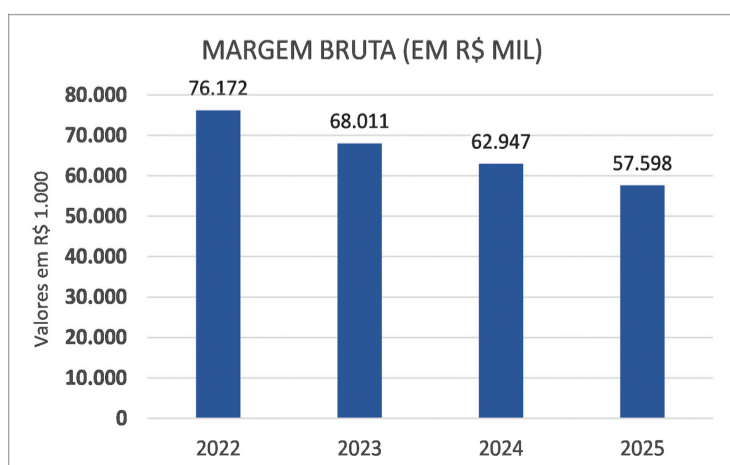


Gráfico 8 – Margem Bruta (Em R\$ MIL) (2022-2025)
Fonte: GEFIN - Gerência Financeira, 2025.

EBITDA

Em 2025, o EBITDA da SERGAS alcançou o montante acumulado aproximado de R\$ 11.123 mil, representando uma variação negativa de 61,10%, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2024	2025	VAR.%
EBITDA (R\$ MIL)	28.593	11.123	-61,10%

Tabela 9 – EBITDA (2024-2025)
Fonte: GEFIN - Gerência Financeira, 2025.

As principais justificativas para essa redução são as seguintes:

- i) consultoria jurídica e honorários advocatícios pagos durante o ano de 2025, no valor de R\$ 7.781 mil;
- ii) reconhecimento de Provisão de Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no montante de R\$ 6.865 mil: em cumprimento aos normativos contábeis em vigor (CPC 48 – Instrumentos Financeiros), e considerando a baixa perspectiva de recuperação dos créditos que a Companhia tem a receber da PROQUIGEL, que entrou em recuperação judicial no mês de outubro/2025, a Companhia reconheceu em 2025 uma provisão de perdas (PCLD), contemplando os valores em aberto da Confissão de Dívida renegociada em 30/04/2025 e das penalidades contratuais referentes aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro/2025;
- iii) redução de 8,66% da Margem Unitária da Companhia aprovada pela AGRESE, com efeito a partir de 01/05/2025, que passou de R\$ 0,5453/m³ para R\$ 0,4981/m³;
- iv) redução das vendas para o segmento veicular.

O gráfico abaixo demonstra o comportamento do EBITDA ao longo dos últimos 4 (quatro) anos.

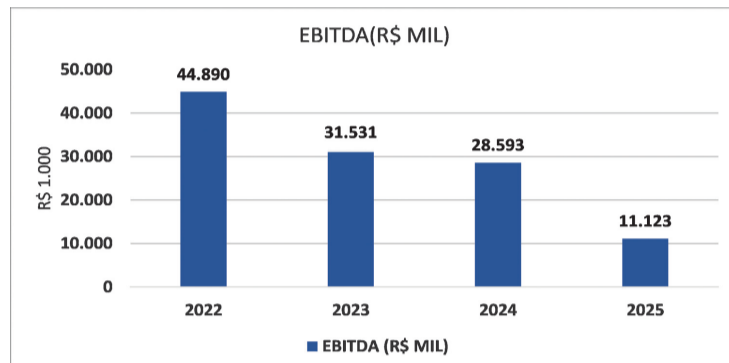


Gráfico 9 – EBITDA (Em R\$ MIL) (2022-2025)
Fonte: GEFIN - Gerência Financeira, 2025.

LUCRO LÍQUIDO

Em 2025, o Lucro Líquido da SERGAS alcançou o montante acumulado aproximado de R\$ 16.803 mil, representando uma redução de 40,82% em relação a 2024, conforme se depreende da tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2024	2025	VAR.%
LUCRO LÍQUIDO (R\$ MIL)	28.392	16.803	-40,82%

Tabela 10 – Lucro Líquido (2024-2025)
Fonte: GEFIN - Gerência Financeira, 2025.

As principais justificativas para essa redução são as mesmas apresentadas acima em relação ao EBITDA.

O gráfico abaixo, demonstra o comportamento do Lucro Líquido ao longo dos últimos 4 (quatro) anos.

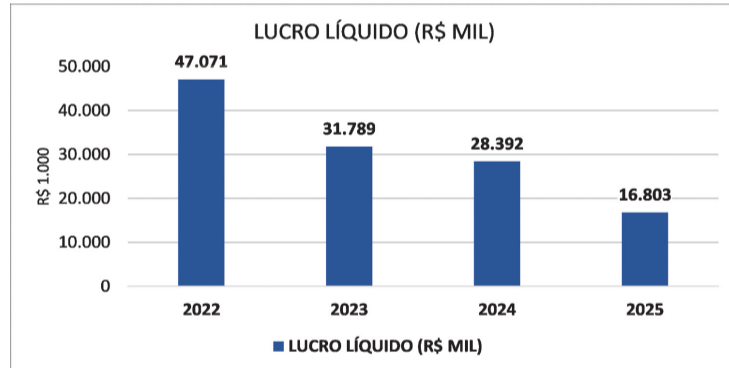


Gráfico 10 – Lucro Líquido (Em R\$ MIL) (2022-2025)
Fonte: GEFIN - Gerência Financeira, 2025.

INVESTIMENTOS

A SERGAS registrou, em 2025, um montante total de investimentos de R\$ 18.783 mil, representando um acréscimo de 41,58% em relação a 2024, conforme tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	2024	2025	VAR.%
INVESTIMENTOS (R\$ MIL)	13.267	18.783	41,58%

Tabela 11 – Investimentos (2024-2025)
Fonte: GEFIN - Gerência Financeira, 2025.

De forma objetiva, a Companhia encerrou o ano de 2025 com os seguintes indicadores relacionados a investimentos:

- R\$ 16.627 mil foram investidos em projetos de expansão de rede e de saturação para ligação de novas unidades usuárias. Entre os projetos desenvolvidos em 2025, destacam-se: i) implantação da EMED da UTE Porto de Sergipe I, no município da Barra dos Coqueiros/SE; ii) construção da primeira fase da rede estruturante de distribuição de gás natural no município de Lagarto/SE; iii) início da construção da infraestrutura de distribuição de gás natural destinada ao atendimento ao mercado urbano no município da Barra dos Coqueiros/SE;
- Construção de 4,1 km de rede de distribuição de gás natural;
- R\$ 1.620 mil investidos em melhoria operacional do sistema de distribuição;
- Conexão de 4.022 novas unidades usuárias (ou unidades consumidoras) ao sistema de distribuição de gás natural da SERGAS; e
- R\$ 1.223 mil aplicados em investimentos administrativos e de TI.

O gráfico 11 a seguir demonstra os valores dos Investimentos durante os 4 (quatro) últimos anos, onde se percebe que a SERGAS vem conseguindo manter um ritmo relevante de investimentos, ficando claro o esforço da SERGAS de expandir o uso do gás natural no estado de Sergipe, reforçando cada vez mais a sua importância para a sociedade sergipiana.

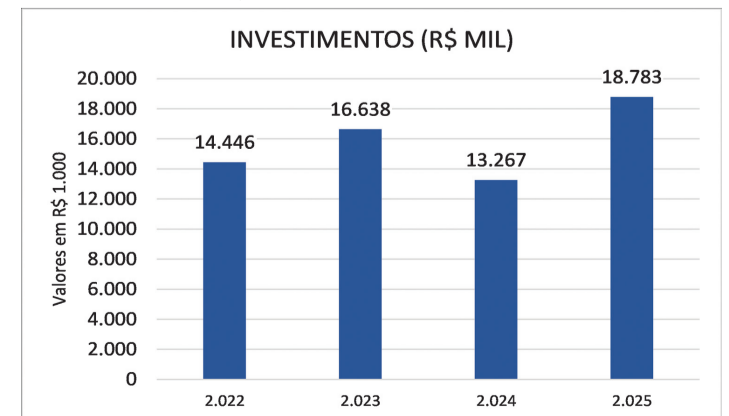


Gráfico 11 – Investimentos (Em R\$ MIL) (2022-2025)
Fonte: GEFIN - Gerência Financeira, 2025.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

A seguir é apresentado o resumo do desempenho econômico e financeiro da companhia nos exercícios de 2024 e 2025:

INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS	UNIDADE	REALIZADO (R\$ MIL)		
		2.024	2.025	VARIAÇÃO
Receita Líquida	mil R\$	307.486	225.721	-26,59%
Margem Bruta	mil R\$	62.947	57.598	-8,50%
Lucro Líquido	mil R\$	28.392	16.803	-40,82%
Investimentos	mil R\$	13.267	18.783	41,58%
Patrimônio Líquido	mil R\$	193.011	143.796	-25,50%

Tabela 12 – Desempenho Econômico e Financeiro (2024-2025)
Fonte: GEFIN - Gerência Financeira, 2025.

SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE OCUPACIONAL (SMS)

A SERGAS reafirma seu compromisso com o desenvolvimento socioeconômico de Sergipe, pautada em valores centrais de segurança, ética e responsabilidade socioambiental. A gestão de SMS em 2025 consolidou a cultura de prevenção e a transparência nos indicadores, preparando o terreno para inovações tecnológicas e metas de descarbonização em 2026.

SEGURANÇA DO TRABALHO E SAÚDE OCUPACIONAL

A Companhia atingiu a marca histórica de 958 dias sem acidentes com afastamento. Em 2025, os indicadores de segurança apresentaram desempenho notável:

- Taxa de Frequência e Gravidade: Ambos os índices foram zerados (0,0) no período de 2025.
- Capacitação: Foram realizadas 776 horas de treinamento, abrangendo 348 colaboradores e terceiros, com foco especial em integração e gestão de segurança.
- Cultura de Segurança: A Pesquisa de Percepção de SMS indicou uma participação ativa de 82% do quadro.
- Semana da Saúde: Foi realizado o lançamento do programa de saúde GymGas, com o objetivo de reforçar a adoção de um estilo de vida saudável e estimular a prática contínua de atividades físicas. Ao longo do ano, foram realizadas nove edições do programa, sendo a 9ª edição a de maior adesão, com a participação de 36 colaboradores.
- Brigada de Emergência: Foi realizado um treinamento voltado à equipe da Brigada de Emergência, com foco em Primeiros Cuidados Psicológicos, com o objetivo de atualizar e capacitar os integrantes para a atuação adequada em situações emergenciais que demandem esse tipo de abordagem.
- Campanhas de Conscientização: foram realizadas diversas campanhas de conscientização voltadas aos colaboradores, abordando temas como gerenciamento de resíduos, segurança no trânsito, mentalidade do atleta e alimentação como forma de prevenção das DCNTs, além dos tradicionais temas de mobilização nacional, como Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul.
- Campanha Anual de Vacinação: a SERGAS, em parceria com o Ipe-saúde, realizou uma campanha de vacinação na sede, disponibilizando vacinas contra tétano, hepatite, gripe, tríplice viral, COVID e febre amarela.
- SIPAT: No mês de dezembro, com o tema "Corpo e Mente em Equilíbrio", a CIPA promoveu quatro dias de palestras e ações voltadas ao reforço da importância da segurança do trabalho, bem como dos cuidados com o corpo e a mente.

MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

A SERGAS avançou significativamente em sua estratégia de descarbonização e eficiência de recursos:

- Emissões de GEE: Houve uma redução expressiva nas emissões de Escopo 1 (combustíveis), caindo de 161 tCO2e em 2024 para 64 tCO2e em 2025. Essa redução ocorreu devido à modernização de equipamentos na sede. As emissões de Escopo 2 (energia elétrica) também permaneceram em níveis baixos (3,5 tCO2e).
- Gestão de Recursos: O consumo de água foi reduzido em cerca de 7,8% em relação a 2024, devido à reutilização da água captada no sistema de climatização.
- Ações de Impacto: Em 2025, foram doadas 700 mudas de árvores como parte das ações da Semana do Meio Ambiente e do Plano ESG.
- Selo ODS (certificação nacional no Brasil que reconhece e valida organizações que alinharam suas práticas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU): a SERGAS recebeu o Selo ODS 2025 através do projeto "Transformando Condensação em Sustentabilidade: Projeto de reuso da água do sistema de climatização", o qual consiste na captação e no reaproveitamento da água resultante do processo de condensação dos equipamentos de climatização, que anteriormente era descartada na rede de drenagem. Esse recurso, antes desperdiçado, passou a ser destinado a atividades não potáveis, como irrigação de jardins e limpeza de áreas externas, promovendo uso racional da água e redução da pressão sobre os mananciais hídricos.

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LEI 13.709/2018)

A SERGAS designou um Comitê Técnico de Acompanhamento da Implantação e Adequação da SERGAS à LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, composto por uma equipe multidisciplinar, com membros pertencentes a diversas áreas da Companhia, cuja atuação está focada na segurança dos dados pessoais dos usuários, empregados e fornecedores.

Além disso, a SERGAS mantém contrato com o escritório especializado em proteção de dados (LUMI ESCRITORIO DE PROTEÇÃO DE DADOS LTDA), que foi designado como o seu Encarregado de Proteção de Dados (DPO), atuando para garantir que a Companhia esteja em conformidade com as leis de proteção de dados.

Alguns produtos decorrentes deste trabalho já foram materializados, como a POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E PROTEÇÃO DE DADOS aprovada pelo Conselho de Administração, além da POLÍTICA DE COOKIES, POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO DIREITO DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS, TERMO DE USO DO SITE, AVISO DE PRIVACIDADE e CARTILHA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, todas aprovadas pela Diretoria Executiva.

Em relação ao ano de 2025, a SERGAS avançou de forma consistente na consolidação de sua governança de privacidade e de segurança da informação, fortalecendo a conformidade com a LGPD e ampliando sua maturidade organizacional. Os principais marcos alcançados pela Companhia foram os seguintes:

- a) **No Mapeamento de Processos:** entre os principais resultados de 2025, destaca-se a finalização e automação do ROPA (Registro das Operações de Tratamento de Dados), documento essencial previsto no art. 37 da LGPD. Com isso, mais de 75 processos de negócio foram mapeados e incorporados ao sistema Lumius (sistema de gestão desenvolvido pelo escritório de proteção de dados contratado e que pode ser acessado pelos membros do Comitê Técnico de Acompanhamento da Implantação e Adequação), garantindo atualização contínua, rastreabilidade e maior capacidade de resposta às exigências regulatórias.

Além do ROPA, a LUMI mapeou os processos de negócio da Companhia que fazem o tratamento de dados pessoais usando a notação BPMN 2.0, um padrão internacional para o registro de processos de negócio - no total, foram mais de 75 processos de negócio registrados.

- b) **Gestão de Titulares e Terceiros:** No relacionamento com os titulares de dados foi implementado canal centralizado para atendimento aos direitos previstos na LGPD, assegurando respostas dentro do prazo máximo de 72 horas.

No âmbito da gestão com terceiros, foi realizada due diligence de operadores e implementados Termos Aditivos de Processamento de Dados, reduzindo riscos associados ao compartilhamento e tratamento de informações pessoais. Além disso, todos os documentos legais disponibilizados ao público — como Aviso de Privacidade, Política de Cookies e Termos de Uso — foram revisados para garantir segurança jurídica e conformidade regulatória.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38



c) Cultura Organizacional e Treinamentos: Com o objetivo de criar uma cultura de privacidade e segurança, a LUMI ministrou diversos treinamentos e palestras, que contaram com a participação dos diretores, gestores e todo o corpo profissional da companhia, inclusive terceirizados. O objetivo foi de conscientizar a todos sobre os temas segurança da informação e Lei Geral de Proteção de Dados.

Para conscientizar os empregados sobre os temas segurança da informação e LGPD, a SERGAS, através do informativo mensal, vem publicando textos sobre segurança da informação e proteção de dados, institucionalizando os temas na organização e fortalecendo a cultura de privacidade e segurança.

d) Segurança da Informação e ISO 27001:2022: A SERGAS, também, evoluiu em segurança da informação com um diagnóstico baseado na ISO 27001:2022, que permitiu avaliar seu nível de maturidade e direcionar recomendações para projetos estratégicos de TI, incluindo documentos essenciais para o Sistema de Gestão de Segurança da Informação (SGSI).

PANORAMA REGULATÓRIO

A prestação dos serviços locais de gás canalizado no estado de Sergipe é regulada pela AGRESE - Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe, que é o ente responsável pela fiscalização do cumprimento do Contrato de Concessão, do Regulamento Estadual e dos demais instrumentos relacionados à distribuição do gás canalizado no Estado, como também por fazer a intermediação entre o Poder Concedente, a Concessionária do serviço público e o usuário final.

Durante o ano de 2025, em decorrência das regras de reajustamento de preços praticadas pelas supridoras (PETROBRAS, SHELL, GALP, PETRORECONCAVO e LOGAS) e pela Transportadora TAG, o Preço de Compra do Gás Natural pela SERGAS sofreu reajustes trimestrais, que foram integralmente repassados para as tarifas da Concessionária, conforme preceitua o Contrato de Concessão. Além disso, foi mantido durante todo o ano de 2025 o acompanhamento via CONTA GRÁFICA (ou CONTA DE COMPENSAÇÃO) do custo de aquisição de gás natural efetivamente incorrido pela Concessionária versus o preço do gás natural (PV) cobrado na tarifa, de modo a assegurar o efeito de neutralidade para o usuário em relação à compra do gás natural.

No que tange à Margem Bruta (MB) de Distribuição da Concessionária, a AGRESE concluiu em 2025 o processo de Revisão Tarifária de 2024, decidindo pela redução de 8,66% da MB da SERGAS, que passou de R\$ 0,5453/m³ para R\$ 0,4981/m³, que foi aplicada nas Tarifas praticadas pela Concessionária considerando seus efeitos a partir de 01/05/2025. Quanto à MB de 2025, a SERGAS submeteu à AGRESE o pleito de seu reajuste baseado na variação do IGP-DI apurado de maio/24 a abril/25, o qual está sob análise do ente regulador.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, COMUNICAÇÃO E MARKETING

Com o objetivo de ampliar a sua presença junto à sociedade sergipana e de fortalecer a sua marca, a SERGAS incentiva, apoia e patrocina programas de cultura e esporte, projetos sociais e eventos do setor de gás e energia.

a) Eventos de cultura e esporte apoiados pela SERGAS, na condição de patrocinadora:

- Arraiá do Povo: é o principal festejo junino de Sergipe, realizado durante o mês de junho na Orla da Atalaia, em Aracaju. Reconhecido como um dos maiores arraiais à beira-mar do Brasil, o evento celebra a tradição nordestina com shows de forró, quadrilhas, trios pé-de-serra, culinária típica e artesanato, atraindo multidões.

- Pré-Caju: é uma das maiores e mais tradicionais prévias camavalescas do Brasil, realizada anualmente na orla de Atalaia, em Aracaju/SE. O evento, que acontece em novembro, reúne grandes nomes da música baiana e axé, movimentando o turismo e a economia local com blocos e camarotes.

- 26ª Copa Brasil de Kart - um dos mais importantes eventos do kartismo nacional, foi realizada no Kartódromo Emerson Fittipaldi, em Aracaju, sob organização da Confederação Brasileira de Automobilismo (CBA), em parceria com a Federação Sergipana de Automobilismo (FSA). A competição reuniu mais de 250 pilotos de diversas regiões do país, que disputaram 22 títulos nacionais em diferentes categorias, consolidando o evento como referência no cenário esportivo brasileiro. Com acesso gratuito ao público, a Copa Brasil também gerou expressivo impacto econômico e turístico para a capital sergipana, movimentando o trade local ao longo do período de realização.

b) Eventos do setor de gás e energia apoiados pela SERGAS:

- Sergipe Oil & Gas: é o principal evento e plataforma de negócios do

setor de petróleo e gás no estado, constituindo-se em um ambiente estratégico para a conexão de empresas, especialistas e governo, com o objetivo de impulsionar a cadeia produtiva local. A edição de 2025 consolidou o estado de Sergipe como nova fronteira energética, tendo o gás natural como protagonista.

c) Projetos Sociais aprovados pela SERGAS:

A SERGAS ratificou seu compromisso social com a continuidade do apoio aos projetos sociais das instituições Legião Feminina de Educação e Combate ao Câncer (LFECC) e Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição (SAME).

A LFECC – Legião Feminina de Educação e Combate ao Câncer é uma instituição fundada em 1964 e caracterizada como uma entidade filantrópica de apoio às mulheres sergipanas carentes na educação e prevenção do câncer ginecológico e mamário. A entidade realiza mais de 30 mil atendimentos por ano, por meio de uma equipe multidisciplinar de voluntários.

O SAME – Lar de Idosos Nossa Senhora da Conceição é uma instituição de longa permanência para pessoas idosas fundada em 1949 e com sede no Bairro Industrial em Aracaju/SE. A instituição acolhe em regime asilar 60 pessoas carentes, sendo 45 mulheres e 15 homens e sua missão é proporcionar aos idosos acolhidos um processo de envelhecimento com dignidade e qualidade de vida.

CAPITAL HUMANO

A gestão de Pessoas é um assunto estratégico para a Companhia, sempre alinhada às suas diretrizes corporativas e seus objetivos institucionais, com foco em temas essenciais como carreira, remuneração e benefícios, desenvolvimento de pessoas e clima organizacional.

Ao longo do exercício 2025, foram implementadas ações voltadas ao fortalecimento dos processos internos, à valorização dos empregados e à sustentabilidade organizacional.

Durante o período, a Companhia investiu na qualificação e no desenvolvimento de seus empregados, promovendo treinamentos, cursos e palestras, com destaque para ações nas áreas de Formação em Petróleo e Gás Natural, Reforma Tributária e Saúde e Segurança do Trabalho. No âmbito da educação continuada, empregados foram contemplados com reembolso de cursos de idiomas, reforçando o compromisso da SERGAS com o aprimoramento técnico e comportamental de sua força de trabalho. Com o objetivo de promover qualidade de vida, bem-estar e proteção à saúde, a Companhia incentivou a prática de atividades físicas por meio de reembolso das despesas com academia a 45 empregados participantes. Adicionalmente, o benefício de Auxílio Educação contribuiu para apoiar no custeio da educação de 13 filhos de empregados com até 7 anos de idade, reafirmando o compromisso da Companhia com a responsabilidade social e o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

No campo das relações trabalhistas, destaca-se a celebração do Acordo Coletivo de Trabalho para os anos de 2025 e 2026, firmado entre a SERGAS e o SINERGIA/SE, consolidando avanços e assegurando direitos, em um ambiente de diálogo permanente, transparente e respeitoso entre a Companhia e seus empregados.

Ao final do exercício de 2025, a força de trabalho da SERGAS era composta por 3 diretores, 63 empregados efetivos, 10 estagiários e 3 jovens aprendizes. Entre os 63 empregados efetivos, 28% são mulheres e 72% são homens. Nas posições de gestão, 24% são ocupadas por mulheres e 76% por homens, distribuição que demonstra a diversidade da Companhia, reforçando o alinhamento da SERGAS às boas práticas de equidade e inclusão no ambiente corporativo.

PERSPECTIVAS PARA 2026

A SERGAS (Sergipe Gás S/A) traz para 2026 uma visão estratégica voltada ao crescimento sustentável do negócio, destacando-se pelo fortalecimento de sua infraestrutura de gás natural no estado de Sergipe e pela ampliação de suas operações.

Os principais investimentos de expansão que estão contemplados no Orçamento de 2026 são os seguintes:

- Rede Estruturante (Rede Isolada) de Lagarto, no valor de R\$ 2.846 mil;
- Conclusão da primeira fase da infraestrutura de distribuição de gás natural no município da Barra dos Coqueiros, no valor de R\$ 2.943 mil.

Além dos investimentos em expansão da rede de distribuição, o orçamento 2026 contempla a continuidade dos investimentos em saturação da rede de

distribuição, o que possibilita a captação de novos usuários, em especial no atendimento aos segmentos residencial e comercial. O valor orçado em 2026 para investimentos em Saturação de Rede é de R\$ 1.920 mil;

Com o objetivo de assegurar a modernização e a integridade da sua rede de distribuição, a SERGAS considerou no seu planejamento a realização de investimentos da ordem de R\$ 7.451 mil destinados a Melhorias Operacionais da Rede de distribuição. Esses investimentos são essenciais, pois: i) contribuem para a adequada operação do sistema de distribuição sob o ponto de vista técnico e de segurança; ii) garantem o fornecimento do gás natural de forma segura e contínua; iii) reduzem os custos de operação a partir da automação dos processos de leitura e monitoramento das estações; iv) permitem a certificação dos volumes de gás natural adquiridos junto às Supridoras.

A destinação do GNV para o abastecimento de frotas pesadas, e o desenvolvimento de “Corredores Azuis”, também são pontos que certamente merecerão especial atenção por parte da SERGAS. Neste sentido, a Companhia planeja para 2026 o início do fornecimento de gás natural no município de Umbaúba/SE.

A SERGAS também continuará priorizando o diálogo permanente e transparente com o ente regulador estadual como foi feito em 2025, estreitando o relacionamento para discutir e alinhar aspectos regulatórios fundamentais para a sustentabilidade do setor. Entre os temas que estarão em foco em 2026, destacam-se: i) a regulação da Conta Gráfica (ou conta de compensação); ii) a definição da metodologia de cálculo dos Ajustes Regulatórios, do Aumento de Produtividade e da Remuneração das Obras em Andamento.

Finalmente, a SERGAS manterá o seu compromisso com a inovação e com a sustentabilidade, alinhando suas operações às demandas de um mercado cada vez mais voltados para práticas ambientais responsáveis. Neste sentido, a viabilização do suprimento de biometano deverá permanecer na pauta da Companhia em 2026, juntamente com as ações que serão voltadas à promoção do uso eficiente do gás natural e à redução de emissões de carbono, rumo a uma transição energética que conecte o presente ao futuro.



Relatório de Administração 2025

Endereço: Av. Empresário José Carlos Silva, 2482
Cj. Augusto Franco, Bairro Farolândia - Aracaju-SE – CEP 49030-640
Telefone: (79) 3243-8500. Ouvidoria: (79) 3243-8500 – Ramal 8515.
SAC: 0800 284 5236
Plantão 24h: 0800 284 7976
www.sergipegas.com.br

Aracaju (SE), 27 de março de 2026.

Alan Alexander Mendes Lemos
Diretor Presidente

Pablo Yutaka Ysobe Matsuo
Diretor Técnico e Comercial

Lauro Daniel Beisl Perdiz
Diretor Administrativo e Financeiro

Aos
Acionistas, Conselho de Administração e Diretoria Executiva da
SERGIPE GÁS S/A - SERGAS
Aracaju - Sergipe

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SERGIPE GÁS S/A – SERGAS (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

(a) Créditos de ICMS, impairment e efeitos tarifários/regulatórios

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 6.c, que trata dos créditos de ICMS na aquisição do gás da supridora, e relacionados ao diferimento e a isenção daquele tributo nas saídas de gás utilizadas no processo industrial para as empresas inscritas no Programada Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI, conforme Decretos Estaduais nºs 40.401/2019 e 40.402/2019, e quanto a provisão para impairment constituída sobre o valor acumulado dos créditos de ICMS, e consequentemente dos efeitos tarifários/regulatórios. Nossa opinião não está modificada quanto a esse assunto.

Ação judicial sobre dividendos adicionais de 2020

A companhia possuía em seu patrimônio líquido dividendos adicionais propostos a distribuir relativos ao exercício 2020, motivo da ação judicial, de autoria do então acionista NORGÁS S.A. em face do Estado de Sergipe e da própria SERGAS. Em 2024 houve decisão favorável para a autora, cujo efeito foi suspenso após Apelação Cível movida pelo Estado de Sergipe. Em 2025, os acionistas Estado de Sergipe e MITSUI GÁS deliberaram pela distribuição integral desses dividendos, sem atualização, sendo que, eventual decisão proferida na ação judicial ainda em andamento, que afete a destinação dos dividendos aprovada, e que determine o pagamento dos referidos dividendos do exercício de 2020 ao ex-acionista NORGÁS S.A., será cumprida integralmente pelo Estado de Sergipe. Nossa opinião não está modificada quanto a esse assunto.

(b) Benefício fiscal – IRPJ – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

Chamamos atenção para as notas explicativas nºs 3.8 e 25, a respeito do benefício fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicional não res-

tituíveis incidentes sobre o lucro da exploração, em função da capacidade instalada do empreendimento, conforme laudo constitutivo nº 74/2017 da SUDENE, de 28 de junho de 2017, com término em dezembro de 2026. Em 01 de dezembro de 2023 foi expedido pela SUDENE o laudo constitutivo nº 298/2023, incluindo essa redução do imposto de renda para a atividade de movimentação de gás com efeitos retroativos a partir de janeiro de 2023 e com término em dezembro de 2032. Nossa opinião não está modificada quanto a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. Em nossa opinião, a demonstração do valor adicionado, do exercício findo naquela data, foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

(a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

(b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

(c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

(d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

(e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Maceió/AL, 04 de março de 2026.

C O N V I C T A
Auditores Independentes S/S Ltda
CRC/AL nº 196 – CVM nº 7.706 – CNAI-PJ nº 062

Carlos Henrique do Nascimento
Contador
CRC/AL nº 3.376 - CNAI nº 594

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38



SERGIPE GÁS S/A - SERGAS
CNPJ nº 86.809.043/0001-38
Balancos Patrimoniais
Findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2025	31/12/2024	Passivo	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	36.637	88.783	Fornecedores	10	20.739	28.719
Contas a receber de clientes	5	11.276	21.166	Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar	11	2.165	2.429
Estoques		863	856	Tributos a pagar	12	3.168	1.996
Tributos a recuperar	6	11.972	5.111	Contas a pagar a partes relacionadas	13	46	68
Despesas antecipadas		510	885	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	13 e 14	12.474	6.443
Créditos nas operações de aquisição de gás	15.b	426	1.459	Débitos nas operações de venda de gás	15.a	24	32
Outros Ativos	7	2.752	184	Outros passivos		40	21
Total do ativo circulante		64.436	118.444	Total do passivo circulante		38.656	39.708
Não circulante				Não circulante			
Tributos a recuperar	6	53.638	51.808	Empréstimos e financiamentos	16	7.886	-
Depósitos judiciais	8	3.249	3.441	Tributos a pagar	12	8.168	8.033
Intangível	9	77.408	67.609	Provisões para contingências	17	204	550
Total do ativo não circulante		134.295	122.858	Débitos nas operações de venda de gás	15.a	21	-
				Total do passivo não circulante		16.279	8.583
Total do ativo		198.731	241.302	Patrimônio líquido			
				Capital social	18.a	54.100	50.421
				Reservas de lucros	18.b/c/d/e/f	84.665	70.237
				Dividendos adicionais propostos	18.g	5.031	72.353
				Total do patrimônio líquido		143.796	193.011
				Total do passivo e patrimônio líquido		198.731	241.302

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS
CNPJ nº 86.809.043/0001-38
Demonstrações de Resultado
Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida - Venda de gás e serviços	19	225.721	307.486
Receita de construção (ICPC 01)	19	18.783	13.267
		244.504	320.753
Custos dos produtos e serviços vendidos	20	(188.708)	(262.305)
Custos de construção (ICPC 01)	20	(18.783)	(13.267)
		(207.491)	(275.572)
Lucro bruto		37.013	45.181
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas comerciais	21	(2.173)	(2.236)
Despesas gerais e administrativas	22	(31.402)	(21.656)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	23	(1.116)	(1.110)
Lucro antes do resultado financeiro		2.322	20.179
Receitas financeiras	24	16.030	12.612
Despesas financeiras	24	(25)	(22)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		18.327	32.769
Imposto de renda	25	(979)	(2.219)
Contribuição social	25	(545)	(2.158)
Lucro líquido do exercício		16.803	28.392
Lucro líquido por ação	26	7,44	13,49

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERGIPE GÁS S/A - SERGAS
CNPJ nº 86.809.043/0001-38
Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024
 (Em milhares de Reais)

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		16.803	28.392
Ajustes do lucro líquido:			
Amortização	9	8.800	8.415
Constituição provisão para crédito de liquidação duvidosa		6.859	412
Constituição provisão para contingências		(346)	35
Constituição (reversão) provisão para impairment	22.b	-	2.991
Lucro líquido do exercício ajustado		32.116	40.245
Varição nas contas ativas e passivas			
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		3.031	2.178
Estoques		(7)	(83)
Tributos a recuperar		(8.691)	(9.401)
Despesas antecipadas		375	(9)
Adiantamentos a terceiros		-	3.965
Créditos nas operações de aquisição de gás		1.033	(1.053)
Outros ativos		(2.568)	216
Depósitos judiciais		192	58
		(6.635)	(4.129)
(Aumento) redução nos passivos operacionais			
Fornecedores		(7.980)	(145)
Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar		(264)	(110)
Tributos a pagar		646	(408)
Contas a pagar a partes relacionadas		(22)	(17)
Débitos nas operações de venda de gás		13	-
Outros passivos		19	(69)
		(7.688)	(749)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		17.893	35.367
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de intangível	9	(18.783)	(13.267)
Baixa de intangível	9	184	478
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(18.599)	(12.789)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados		7.886	-
Dividendos pagos	14	(55.408)	(8.995)
Juros sobre capital próprio pagos	14	(3.918)	(4.100)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(51.440)	(13.095)
(Aplicação) geração de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(62.146)	9.483
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	88.783	79.300
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	36.637	88.783
(Aplicação) geração de caixa e equivalentes de caixa no exercício		(52.146)	9.483

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Intermediárias

Findas em 31 de dezembro de 2025 e 2024

1. Contexto Operacional

Constituída em 27 de dezembro de 1993, a Sergipe Gás S/A - SERGAS ("Companhia") é uma sociedade por ações de economia mista, autorizada a funcionar de acordo com a Lei Estadual no 3.305, de 28 de janeiro de 1993, tendo por objeto social a aquisição, distribuição e comercialização de gás e a prestação de serviços correlatos, podendo vir a promover a produção e o armazenamento de gás.

Em 11 de março de 1994, o Contrato de Concessão para a Exploração dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado foi assinado entre o Concessionário e o poder concedente - Estado de Sergipe. O contrato outorga e regula a concessão para a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado com prazo de vigência de 50 anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério do Concedente, resguardados sempre o interesse público e adequada prestação dos serviços concedidos.

O contrato de concessão supracitado descreve as obrigações da Companhia, as regras para os procedimentos de revisão tarifária e os indicadores de qualidade e de segurança para os quais a Companhia deve cumprir.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela Companhia devem ser revisadas uma vez ao ano, levando-se em consideração as projeções dos volumes de gás a serem comercializados e os respectivos investimentos, na forma dos critérios definidos no Anexo I - Metodologia de Cálculo da Tarifa para Distribuição de Gás Canalizado no Estado de Sergipe. A tarifa também será revisada antes do prazo fixado, se ocorrer causas que ponham em risco o equilíbrio econô-

mico-financeiro do contrato, na forma e prazos necessários a evitar prejuízos com a defasagem tarifária.

2. Base de Elaboração e Apresentação

2.1 Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/2009, e a Lei nº 13.303/2016), e os Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2026.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando de outra forma mencionado.

2.3 Moeda Funcional e de Apresentação

Estas demonstrações financeiras têm como moeda funcional o Real, são apresentadas em milhares de reais, sendo arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de Estimativas e Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Ressalte-se que os resultados

reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas contábeis que apresentam efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 5** - Provisão para perda na realização do contas a receber;
- **Nota explicativa nº 6.c** - Provisão para impairment sobre os créditos de ICMS;
- **Nota explicativas nsº 3.4 e 9** - Intangível e
- **Nota explicativas ns.º 3.6 e 17** - Determinação das provisões passivas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas em base anual.

Não há julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3. Resumo das Principais Práticas e Políticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras.

3.1 Instrumentos financeiros não derivativos

a. Ativos financeiros não derivativos

I. Reconhecimento e mensuração

A companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

A companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 48, que abrange caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

II. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem caixa, saldos positivos em conta movimento e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias. Os saldos em aplicações financeiras possuem liquidez imediata com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

III. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a receber de clientes, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

A provisão para perda com créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Para o cálculo da provisão foi utilizada a média de perdas dos últimos cinco anos.

b. Passivos financeiros não derivativos

I. Reconhecimento e mensuração

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A companhia classifica os passivos financeiros não derivativos como custo amortizado, conforme pronunciamento técnico CPC 48, que abrange fornecedores e outras contas a pagar.

II. Fornecedores

As contas a pagar de fornecedores são obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são registrados pelo valor contratado. Tendo em vista o curto prazo de quitação dessas obrigações, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

III. Outras contas a pagar

São demonstradas pelos valores conhecidos e calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

c. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A seguir estão demonstradas as reclassificações de categorias comparativas dos ativos e passivos financeiros:

Ativo	Nota	31/12/2025		31/12/2024		Categoria CPC 48/IAS 9
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Caixa e equivalentes de caixa	4	36.637	36.637	88.783	88.783	Custo amortizado
Contas a receber, líquidas	5	11.276	11.276	21.166	21.166	Custo amortizado
		47.913	47.913	109.949	109.949	
Passivo (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	10	20.739	20.739	28.719	28.719	Custo amortizado
		20.739	20.739	28.719	28.719	

3.2 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

3.3 Capital social

a. Ações ordinárias

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

b. Ações preferenciais

Ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis, ou resgatáveis somente à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

3.4 Intangível

Os ativos intangíveis são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, inclusive juros e demais encargos financeiros capitalizados. A amortização de tais ativos é calculada pelo método linear com base na taxa de 10% a.a. e leva em consideração os benefícios econômicos futuros dos ativos componentes da infraestrutura utilizados no cálculo da tarifa conforme contrato de concessão.

Contrato de concessão

A Companhia tem assinado com o Estado de Sergipe Contrato de Concessão dos Serviços Locais de gás canalizado, conforme descrito na nota explicativa nº 1, segundo o qual o Poder Concedente regula os serviços por ela prestados juntamente com a tarifa a ser cobrada dos usuários pelo fornecimento de gás, a qual deve remunerar a Concessionária pelos investimentos e serviços por ela realizados, de acordo com as regras fixadas contratualmente.

Ainda, segundo o Contrato de Concessão, o Poder Concedente detém o direito de receber ao final do prazo da concessão toda a infraestrutura construída pela Concessionária ao longo do contrato, razão pela qual os ativos aplicados na prestação dos serviços de gás canalizado são classificados como ativo intangível, conforme requerido pela ICPC 01.

Dessa forma, a Concessionária reconhece como ativo intangível todos os valores por ela despendidos para a formação daqueles ativos reversíveis (infraestrutura) ao Poder Concedente os quais são passíveis de recuperação via tarifa, dentro do prazo da Concessão, num prazo de 10 anos, conforme estipulado no contrato de concessão.

Sobre o prazo para definição da vida útil econômica estimada para fins de amortização de seus ativos intangíveis, a Companhia mantém a adoção da regra de recuperação via tarifa conforme definido no Contrato de Concessão, o qual define que o prazo de recuperação da tarifa é de 10 anos, por ser este o padrão de consumo do benefício econômico.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização pelos investimentos efetuados nos 10 anos anteriores ao término da concessão, a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações, sendo este valor registrado como ativo financeiro.

3.5 Redução ao valor recuperável de ativos – impairment test

a. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à companhia sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

As perdas de valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou de amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.6 Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Tendo em vista o curto prazo de realização das contas a pagar, não foi considerado o ajuste a valor presente dos títulos correspondentes deste saldo, cujo valor é considerado irrelevante.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a companhia possui uma obrigação real, legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de vendas de gás estão sendo apresentadas líquidas, ou seja, não incluem os impostos, vendas canceladas

e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços de construção da infraestrutura necessários para a prestação de serviços de distribuição de gás natural são considerados como um serviço prestado ao Poder Concedente. As receitas dos serviços de construção da infraestrutura prestados ao Poder Concedente estão sendo reconhecidas no resultado por igual valor aos seus respectivos custos, tendo em vista inexistir margem definida no Contrato de Concessão.

As receitas e os custos de construção, cuja evidenciação se tornou obrigatória para as concessionárias de serviços de distribuição a partir da Interpretação Técnica ICPC 01, foram reconhecidos conforme o CPC 47 – Receita com contrato de cliente.

3.8 Tributação

a. Impostos e contribuições sobre as receitas

As receitas de vendas estão sujeitas ao PIS e ao COFINS, pelas alíquotas vigentes que montam em uma alíquota média de 9,25%. As receitas de vendas estão sujeitas ainda ao ICMS, pela alíquota de 19%.

Estes tributos são apresentados como contas redutoras das receitas de vendas, conforme demonstrado na nota explicativa nº 19.

b. Impostos e contribuições sobre o lucro

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente para a Companhia com base nas alíquotas vigentes no exercício.

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas de 15%, mais adicional de 10% e 9%, respectivamente, sobre o lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões admitidas na legislação tributária brasileira.

Foi expedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o Laudo Constitutivo nº 74/2017, concedendo direito à redução de 75% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração com efeitos retroativos a partir do exercício de janeiro de 2017 e com término em dezembro de 2026.

Em 01 de dezembro de 2023 foi expedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o Laudo Constitutivo nº 298/2023, concedendo também o direito à redução de 75% do imposto de renda devido para a atividade de movimentação de gás com efeitos retroativos a partir do exercício de janeiro de 2023 e com término em dezembro de 2032.

Conforme disposto pela Lei no 11.638/07, o valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado como retificadora da rubrica imposto de renda. Ao final do exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no ano é transferida para reserva de lucro na rubrica de incentivos fiscais.

3.9 Subvenções governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que se pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

3.10 Benefícios a empregados

a. Benefício de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço correspondente seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo montante esperado a ser pago para os planos de curto prazo de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros, se a companhia tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

b. Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com benefícios a empregados, nos exercícios durante os quais os serviços são prestados pelos empregados.

A companhia é um dos patrocinadores do plano de benefícios GASPREV, administrado pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros. O plano possui características de contribuição definida com benefícios pagos a partir dos saldos das contas.

Os benefícios de contribuição definida assegurados pelo plano GASPREV são:

- Aposentadoria normal;
- Aposentadoria antecipada;
- Aposentadoria por invalidez;
- Pensão por morte; e
- Institutos de autopatrocínio, benefício proporcional diferido e portabilidade.

O referido plano não inclui:

- Benefícios de demissão;
- Benefícios de longo prazo que não sejam aposentadorias e pensões; e
- Plano de assistência médica para empregados ou participantes e assistidos.

3.11 Demonstração do valor adicionado

A companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais estão sendo apresentadas em caráter opcional, uma vez que estas são obrigatórias somente para Companhias abertas.

3.12 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os principais ativos e passivos financeiros pelas suas características aproximam-se do valor justo. Quando aplicáveis, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas em notas específicas àquele ativo ou passivo.

3.13 Arrendamento

A companhia possui contratos de aluguéis de máquinas impressoras, terreno e veículos.

A norma CPC 06 (R2) tem como objetivo unificar o tratamento contábil das operações de arrendamento, não mais fazendo a distinção entre arrendamento operacional e financeiro e exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respetivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

De acordo com as análises efetuadas em todos os contratos, a companhia não reconheceu arrendamentos pois são de curto prazo (12 meses) ou arrendamentos de ativos de baixo valor. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesa operacional de aluguel, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

O saldo de disponível estava composto assim:

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e Bancos	51	6
Aplicações de Liquidez Imediata	36.586	88.777
Total	36.637	88.783

As aplicações financeiras classificadas no curto prazo referem-se a operações em fundos de investimentos, cujo resgate pode ocorrer antecipadamente sem prejuízo dos rendimentos. As taxas de remuneração são em torno de 95% a 100% do certificado de depósito interbancário – CDI.

5. Contas a receber de clientes

A composição dos saldos em contas a receber de clientes é formada pelos seguintes valores:

	31/12/2025	31/12/2024
Segmento Industrial	7.409	12.822
Segmento Veicular	3.985	4.202
Segmento Residencial	1.749	1.883
Segmento Comercial	1.455	1.519
Sub-total	14.698	20.426
Parcelamento de Clientes a Receber (a)	7.735	7.752
Penalidade Contratual	2.542	1.289
Sub-total	24.875	29.467
(-) Provisão Créd.Liquidação Duvidosa	(13.599)	(8.301)
Total	11.276	21.166

(a) O parcelamento de clientes refere-se a confissões de dívidas assinadas com clientes em virtude do não pagamento de notas fiscais de vendas de gás e prestação de serviço.

A movimentação da conta de provisão para perda de crédito de liquidação duvidosa está assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no Início do exercício	8.301	9.760
Provisões efetuadas (b)	6.866	412
Reversões efetuadas (c)	(16)	(208)
Baixas (c)	(1.552)	(1.663)
Total	13.599	8.301

(b) A provisão para perda de crédito esperada foi constituída com base na experiência histórica da Companhia e a expectativa futura de realização de seus créditos em caixa. Análises individuais foram realizadas e seus impactos registrados no resultado.

Em 03/10/2024, foi homologado o plano de recuperação judicial apresentado pelo cliente Cerâmica Sergipe Industrial e Comércio LTDA. Por conta de sua classificação, os títulos contidos no plano de recuperação judicial devidos para a Sergas no montante de R\$ 2.079 mil sofreram um deságio de 90%. Sendo assim, do valor total devido, a Companhia recebeu o montante de R\$ 208 mil, sendo o saldo remanescente baixado do saldo de provisões.

A composição do saldo de clientes por vencimento é a seguinte:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	16.454	20.625
Vencidos até 90 dias	2.796	529
Vencidos há mais de 90 dias	5.625	8.313
Total	24.875	29.467

O prazo médio de recebimento é 31,5 dias. Para os recebimentos em atraso é cobrada multa de 2% e juros de 1% ao mês pro rata tempore.

6. Tributos a recuperar

	31/12/2025	31/12/2024
IRPJ Saldo Negativo	8.665	3.499
CSLL Saldo Negativo	2.568	604
COFINS Sobre Aquisição de Gás Natural	302	442
PIS Sobre Aquisição de Gás Natural	66	96
IRPJ Diferido (a)	8.202	8.259
CSLL Diferido (a)	2.953	2.973
COFINS - Ação Judicial Exclusão do ICMS (b)	32.547	30.161
PIS - Ação Judicial Exclusão do ICMS (b)	7.066	6.548
ICMS Sobre Aquisição de Gás Natural (c)	33.068	34.164
Subtotal	95.437	86.746
(-) Impairment ICMS sobre aquisição de gás natural (c)	(29.827)	(29.827)
Subtotal	65.610	56.919
Circulante	11.972	5.111
Não Circulante	53.638	51.808

(a) O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias nas bases de cálculo dos tributos, conforme normativo sobre o tema.

(b) Em agosto de 2016 a SERGAS ajuizou, em conjunto com algumas concessionárias associadas a Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado - ABEGÁS, ação com o objetivo de declarar o direito de excluir o ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da contribuição a COFINS.

A Ação Declaratória nº 0045161-91.2016.4.01.3400, que tem como objeto a exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da contribuição a COFINS, transitou em julgado com decisão favorável à ABEGÁS em favor de suas associadas e reconheceu, em caráter definitivo, o direito de exclusão do ICMS da base de cálculo da contribuição ao PIS e da contribuição a COFINS.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38

Em maio de 2021, o plenário do STF - Supremo Tribunal Federal, através de julgamento dos embargos declaratórios no recurso extraordinário (RE) nº 574.706, determinou que o ICMS a ser excluído da base de cálculo da contribuição ao PIS e da contribuição a COFINS é o destacado na nota fiscal.

Além do julgamento da parcela do ICMS a ser excluída da base cálculo do PIS e da COFINS, o STF definiu também a modulação dos efeitos, determinando que todos os contribuintes que ajuizaram medidas judiciais até 15 de março de 2017 (data da conclusão do julgamento do RE 574.706 pelo STF) tiveram assegurado o direito à compensação/repetição dos valores indevidamente recolhidos com efeito retroativo aos últimos 5 anos, anteriores ao ajuizamento ou requerimento administrativo de restituição.

Sendo assim, a SERGAS contratou empresa especializada para estimar o valor a ser recuperado, e com base no laudo emitido por aquela empresa, reconheceu em 31 de dezembro de 2022 os créditos de PIS e COFINS retroativos, referente aos valores indevidamente recolhidos, conforme quadro a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
COFINS - Ação Judicial Exclusão do ICMS (c)	32.547	28.323
PIS - Ação Judicial Exclusão do ICMS (c)	7.066	6.149
	39.613	34.472
Valor principal (outras receitas operacionais)	21.555	21.555
Atualização (receitas financeiras - variação monetária)	18.058	12.917
Valor total (tributos a recuperar não circulante)	39.613	34.472

Efeitos tarifários e regulatórios

O tratamento regulatório a ser dado aos créditos reconhecidos referentes ao PIS e a COFINS, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e dos tributos sobre eles incidentes (IR e CSLL), está sendo discutido com a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE, em conjunto com os AJUSTES acumulados de 2019 a 2022, calculados conforme a metodologia definida no anexo I do Contrato de Concessão.

Ressalte-se que o AJUSTE é um mecanismo contratual usual, aplicado para assegurar que os investimentos (CAPEX) e o custeio (OPEX) da Concessionária (Companhia) sejam remunerados segundo o Contrato de Concessão.

(c) Em 05 de julho de 2019, o Estado de Sergipe publicou os Decretos nº 40.401 e 40.402 concedendo diferimento e isenção de ICMS nas saídas de gás utilizadas no processo industrial para as empresas inscritas no PSDI – Programada Sergipano de Desenvolvimento Industrial. Com base no Parecer Consultivo SEFAZ/SE nº 0043/2019, a Companhia desde julho de 2019 vem se creditando do ICMS das notas fiscais de aquisição do gás emitidas pelo seu supridor, acumulando os correspondentes créditos. Diante da falta de previsão de recuperação destes créditos, e, em linha com as Normas Brasileiras de Contabilidade, foi constituída provisão para impairment desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2022. O saldo acumulado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 29.827 mil.

Efeitos tarifários e regulatórios

Diferentemente da receita decorrente dos créditos reconhecidos do PIS e da COFINS, eventual perda do direito à recuperação dos créditos de ICMS, levará o seu registro a título de custo de aquisição do gás, e que deverá ser levado à tarifas, mediante prévia e formal autorização da Agência Reguladora Estadual - AGRESE, na parcela do Preço de Venda pela Supridora (PV) e não na parcela da Margem Bruta (MB) do Contrato de Concessão.

Foram publicadas as portarias SEFAZ/SE nº 655/2023 e 86/2024 que alteraram a Portaria nº 432/2019 que trata da utilização do crédito fiscal acumulado de ICMS, dispensando a celebração do regime especial de tributação para os casos de crédito fiscal acumulado oriundos do fornecimento de gás natural. Com a publicação das portarias e considerando o Parecer Consultivo SEFAZ/SE nº 30/2024, a Sergas passou a pensar o crédito acumulado de ICMS com os débitos de ICMS substituição tributária e ICMS diferencial de alíquota deixando desta forma de constituir a provisão para impairment a partir do mês de abril de 2024.

7. Outros ativos

Os outros ativos estavam assim compostos:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos concedidos a clientes	73	150
Outras rendas (a)	2.499	-
Títulos de crédito a receber	73	34
Antecipação de férias	107	-
Total	2.752	184

(a) Este valor refere-se a carta de crédito emitida pelo supridor Petrobras gerado pela consideração do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, no faturamento compreendido entre os meses de maio/2021 a abril/2022.

8. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais estavam assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no início do exercício	3.441	3.499
Depósitos Efetuados	-	16
Devoluções/Baixas	(192)	(74)
Total	3.249	3.441

9. Intangível

O quadro a seguir demonstra a movimentação do intangível e as respectivas amortizações:

	31/12/2025	31/12/2024
Terenos	312	312
Edificações e Melhoramentos	6.448	5.718
Instalações	49	49
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	6.872	5.661
Móveis e Utensílios	845	829
Equipamentos de Informática	4.145	3.900
Softwares	3.735	3.422
Redes de Distribuição	129.481	120.693
Marcas e Patentes	5	5
	151.892	140.589
Materiais - Intangível em Formação (a)	9.950	5.866
Obras em Andamento (b)	12.297	9.297
	174.232	155.752
Amortização Acumulada (c)	(96.824)	(88.143)
Total	77.408	67.609

(a) A conta de "Materiais – intangível em formação" refere-se ao almoxarifado de materiais adquiridos pela companhia para aplicação na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção.

(b) A conta de "Obras em andamento" refere-se aos investimentos reali-

zados pela companhia na expansão dos seus gasodutos, ainda em fase de construção.

(c) A taxa de amortização para todos os bens da concessão é de 10% ao ano.

A movimentação do ativo intangível, durante o exercício de 2025, está assim demonstrada:

	01/01/2025	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2025
Terenos	312	-	-	-	312
Edificações e Melhoramentos	5.718	-	-	730	6.448
Instalações	49	-	-	-	49
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	5.661	1.231	(21)	-	6.872
Móveis e Utensílios	829	16	-	-	845
Equipamentos de Informática	3.900	245	-	-	4.145
Softwares	3.422	313	-	-	3.735
Redes de Distribuição	120.693	2.028	-	6.760	129.481
Marcas e Patentes	5	-	-	-	5
Subtotal	140.589	3.833	(21)	7.491	151.892
Materiais - Intangível em Formação	5.866	7.264	(163)	(3.017)	9.950
Obras em Andamento	9.297	7.686	-	(4.593)	12.390
Subtotal	155.752	18.783	(184)	(119)	174.232
Amortização acumulada					
Amortização acumulada	(88.143)	(8.800)	-	119	(96.824)
Total	67.609	9.983	(184)	-	77.408

A movimentação do ativo intangível, durante o exercício de 2024, está assim demonstrada:

	01/01/2024	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2024
Terenos	312	-	-	-	312
Edificações e melhoramentos	5.688	48	-	(18)	5.718
Instalações	49	-	-	-	49
Máquinas, aparelhos e equipamentos	4.919	1.164	(4)	(418)	5.661
Móveis e utensílios	1.042	-	(4)	(209)	829
Equipamentos de informática	4.584	9	(19)	(674)	3.900
Software	3.001	421	-	-	3.422
Redes de distribuição	105.895	904	-	13.894	120.693
Outros	5	-	-	-	5
Subtotal	125.496	2.546	(27)	12.575	140.589
Materiais - Intangível em Formação	4.803	3.139	(451)	(1.625)	5.866
Obras em Andamento	14.122	7.582	-	(12.407)	9.297
Subtotal	144.420	13.267	(478)	(1.457)	156.752
Amortização Acumulada (c)					
Amortização Acumulada (c)	(81.185)	(8.415)	-	1.457	(88.143)
Total	63.236	4.862	(478)	-	67.609

10. Fornecedores

Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, as quais são classificadas como passivos circulantes.

	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores de gás - Petróleo Brasileiro S.A.	7.511	3.355
Fornecedores de gás - Petroreconcavo	4.263	7.290
Fornecedores de gás - Galp Energia Brasil S.A.	2.835	4.483
Fornecedores de gás - Shell Energy do Brasil	219	7.951
Fornecedores de gás - Eneva S.A.	690	-
Fornecedores de gás - Logas	116	-
Fornecedores parcela adicional de transporte - TAG	1.299	2.017
Fornecedores parcela adicional de transporte - Petroreconcavo	16	70
Fornecedores parcela adicional de transporte - Galp	33	24
Fornecedores parcela adicional de transporte - Petróleo Brasileiro S.A.	63	-
Fornecedores parcela adicional de transporte - Logas	297	-
Fornecedores de materiais e serviços	3.397	3.529
Total	20.739	28.719

A partir de agosto de 2023, os atuais supridores de gás natural da SERGAS passaram a não contratar a saída na malha de transporte, isso fez com que a obrigação da contratação da saída foi feita pela SERGAS. Diante disso, a Companhia firmou contrato de transporte de gás natural com o fornecedor Transportadora Associada de Gás S.A – TAG sendo único e exclusivo prestador deste serviço no Estado de Sergipe.

Supridor	QDC
Petroreconcavo S/A - 01/01/2025 a 30/04/2025	67 mil m³ / dia
Petroreconcavo S/A - 01/05/2025 a 31/12/2025	50 mil m³ / dia
Galp Energia Brasil S.A.	34 mil m³ / dia
Petróleo Brasileiro S.A.	102 mil m³ / dia
Shell Energy do Brasil Gás Ltda	3.385 m³ / dia
Logas	16 mil m³ / dia

11. Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar

As obrigações estavam assim demonstradas:

	31/12/2025	31/12/2024
Provisões de Férias	1.278	1.224
INSS Provisão Sobre Férias	345	325
FGTS Provisão sobre Férias	104	98
Férias a Pagar	29	-
Empréstimos Consignados	36	28
Participação Lucros e Resultados	373	754
Total	2.165	2.429

12. Tributos a pagar

Os tributos a pagar estavam assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
PIS a recolher	157	117
COFINS a recolher	733	547
ICMS a recolher - substituição	53	-
ICMS a recolher - fundo de combate a pobreza	27	86
ICMS diferencial de alíquota	43	15
ISS a recolher	126	67
IRRF - folha de pagamento	337	290
IRRF - serviço de terceiros	792	19
FGTS a recolher - folha de pagamento	112	105
INSS a recolher - folha de pagamento	315	559
INSS a recolher - serviços de terceiros	95	40
Taxa agência reguladora - AGRESE	-	111
IRPJ Diferido (a)	5.389	5.389
CSLL Diferido (a)	1.940	1.940
PIS Diferido (b)	117	99
COFINS Diferido (b)	723	607
Outros	377	38
Total de tributos a pagar	11.336	10.029

Circulante	3.168	1.996
Não Circulante	8.168	8.033

(a) O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias nas bases de cálculo dos referidos tributos. O reconhecimento dos impostos diferidos passivos no exercício de 2022 deve-se à exclusão temporária na apuração do IRPJ/CSLL do valor principal dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão de ICMS da sua base de cálculo, registrados contabilmente, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

(b) PIS e a COFINS incidentes sobre a atualização financeira relativa aos créditos de PIS e da COFINS oriundos da exclusão de ICMS das suas bases de cálculo. Conforme determinado na Solução de Consulta Cosit nº 183/2021, e, considerando que a ação ainda não transitou em julgado, ou seja, não ocorreu o fato gerador da tributação, os valores de PIS e da COFINS foram registrados no passivo não circulante por não se tratar de uma obrigação de curto prazo.

13. Partes relacionadas

A companhia efetuou operações com partes relacionadas, cujos principais saldos e transações estão resumidas a seguir:

	Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.		Estado de Sergipe		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Passivo circulante						
Dividendos/JSCP a pagar	4.540	2.424	7.934	4.019	12.474	6.443
Partes relacionadas	46	68	-	-	46	68
Total do passivo	4.586	2.492	7.934	4.019	12.520	6.511

As relações existentes entre a companhia e suas partes relacionadas estão a seguir descritas:

(a) Norgas S.A. - Norgás

Em 18 de dezembro de 2024, foi realizada a transferência de ações por compra e venda entre o acionista Norgas S/A e o acionista Estado de Sergipe. Com a efetivação da venda do total das ações da Norgas S/A, o Estado de Sergipe passou a deter 58,5% do total do capital social da companhia.

(b) Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda.

Acionista da companhia com participação de 41,5% do capital social, que na forma do Art. 17 do Estatuto Social indica um dos diretores da SERGAS, cuja remuneração é paga diretamente pelo Acionista, cabendo à Companhia efetuar pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos trabalhistas e benefícios, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da companhia.

(c) Estado de Sergipe

Acionista da companhia com participação de 58,5% do capital social, que na forma do Art. 17 do Estatuto Social indica o Diretor Presidente, cuja remuneração é paga diretamente pelo acionista, cabendo à companhia efetuar pagamentos mensais a título de reembolso, inclusive dos encargos trabalhistas e benefícios, procedimento esse que é feito de acordo com os parâmetros e limites fixados em Assembleia Geral de Acionistas da companhia.

14. Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar

Os juros sobre capital próprio (JSCP) e os dividendos foram provisionados de acordo com a participação de cada acionista no capital da companhia, conforme quadros a seguir:

Juros sobre Capital próprio líquido de IRRF		31/12/2025	31/12/2024
Estado de Sergipe	%	7.934	4.019
Mitsui Gás e energia do Brasil Ltda (nota explicativa 13.a)	41,5	4.540	2.424
		12.474	6.443

A movimentação de dividendos e JSCP está assim representada:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial		
(+) Dividendos / JSCP constituídos	65.357	13.095
(-) Pagamento dividendos	(55.408)	(8.995)
(-) Pagamento JSCP	(3.918)	(4.100)
Saldo	12.474	6.443

A composição do lucro à disposição da assembleia de acionistas foi:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	16.803	28.392
(-) Reserva Legal	(736)	(897)
(-) Reserva de incentivo fiscal	(426)	(3.679)
Lucro líquido a ser distribuído	15.641	23.816
Juros sobre capital próprio	(10.610)	(6.871)
Lucro à disposição da Assembleia	5.031	16.945

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, conforme Lei 9.249/95, os juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos mínimos obrigatórios que correspondem a 25% do montante do lucro a distribuir, conforme previsto em Estatuto.

Em 31 de dezembro de 2025, como o montante dos juros sobre capital próprio líquido do imposto de renda retido na fonte foi superior aos dividendos mínimos obrigatórios, não houve complementação dos dividendos.

O valor remanescente do lucro a distribuir referente ao exercício de 2025 no valor de R\$ 5.031 mil foi contabilizado na conta de dividendos adicionais propostos cuja deliberação será submetida aos acionistas em assembleia geral.

Em 29 de abril de 2024, foi deliberada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a destinação do valor remanescente do lucro a distribuir referente ao exercício de 2023 no valor de R\$ 19.126 mil para a constituição de reserva especial.

Em 25 de abril de 2025, foi deliberada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a destinação do valor remanescente do lucro a distribuir referente ao exercício de 2024 no valor de R\$ 16.945 mil para a constituição de reserva especial.

Em 23 de dezembro de 2025, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a distribuição de dividendos do valor remanescente do lucro a distribuir referente ao exercício de 2020 no valor de R\$ 55.408 mil.

15. Débitos e créditos nas operações com vendas de gás

a. Débitos nas operações com venda de gás

A Companhia possui contratos de venda de gás junto aos seus clientes, nos seus vários segmentos. No segmento industrial (Contrato Firme Inflexível de Venda de Gás), são responsáveis pela aquisição de volumes com compromissos de retirada mínima mensal e anual, para consumos acima de mil m³/dia.

Quando o compromisso de retirada mínima do gás pelo usuário não é alcançado ocorre a cobrança de take or pay e a SERGAS emite nota de débito sobre a diferença entre o compromisso mínimo de volume de retirada gás e a quantidade efetivamente retirada, sendo 80% do valor recuperável pelo cliente após o pagamento.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38



Este contrato garante aos clientes retirar o gás em meses subsequentes podendo compensar o volume contratado e não consumido no prazo de até 365 dias após o encerramento do contrato.

Dessa forma, a Companhia registra um passivo decorrente desse take or pay e desconta em faturas posteriores a serem pagas por seus clientes, sempre que o consumo exceder ao compromisso mínimo de retirada de gás.

A Companhia possuía registros de take or pay e cobrança de penalidade, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial do exercício	32	32
Take or pay pago pelo cliente	13	-
Total	45	32
Circulante	24	32
Não circulante	21	-

b. Créditos nas operações com venda de gás

A companhia possui contrato de compra e venda de gás junto aos fornecedores Petrobras, Petroreconcavo, Shell e Galp (contrato firme inflexível de compra de gás), o qual estabelece compromisso de retirada mínima de gás. Quando a companhia não atinge o mínimo de retirada de gás ao qual está obrigada ocorre a cobrança de take-or-pay e os fornecedores de gás emitem cobrança através da aplicação do preço unitário de venda sobre a diferença entre o compromisso mínimo de gás a ser retirado e o que efetivamente retirou, sendo este valor recuperável pela SERGAS.

Dessa forma, a companhia registra um ativo decorrente desse take-or-pay e desconta em faturas posteriores a serem pagas aos seus fornecedores de gás, sempre que o consumo exceder ao compromisso mínimo de retirada de gás pela SERGAS. O valor registrado como crédito nas operações de gás sofre atualização sempre que houver alteração no preço do gás. Este contrato garante à companhia retirar o gás automaticamente em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido no prazo de até 90 dias após o encerramento do contrato.

A Companhia possuía registros de take or pay e cobrança de penalidade, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial do exercício	1.459	406
Pagamento de take or pay	3.033	3.067
(-) Compensações/baixas	(4.086)	(2.014)
Total	426	1.459

16. Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos está assim demonstrado:

	31/12/2025	31/12/2024
Empréstimos e financiamentos	7.886	-
Total	7.886	-

Em janeiro de 2025, a SERGAS assinou contrato de abertura de crédito junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A no valor de R\$ 7.886 mil. Os recursos oriundos do empréstimo serão destinados à construção de uma estação de medição - EMED no município de Barra dos Coqueiros para atender ao contrato de movimentação de gás natural assinado com a Eneva S.A.

Para efetuar a análise do pleito, houve a cobrança de tarifa no valor de R\$ 98.507,97 que foi pago em parcela única em 16/01/2025. O prazo total da operação é de 96 meses, sendo: 24 meses de carência com pagamento apenas dos juros e 72 meses para amortização do empréstimo. Os juros incidentes sobre são de 5,575% a.a.+TR e estão sendo contabilizados conforme determina CPC 20 – custos de empréstimos.

Como possui data prevista para início da amortização em março/2027, o empréstimo foi registrado no passivo não circulante.

17. Provisão para contingências

A companhia mantém registrada provisão para perdas prováveis em processos de natureza trabalhista e fiscal decorrentes do curso normal de suas operações, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Contingências Trabalhistas	204	204
Contingências Fiscais	-	346
Total	204	550

A movimentação da conta de provisão para contingências está assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Saldo no Início do Exercício	550	515
Provisões Efetuadas	-	35
Reversões efetuadas	(346)	-
Total	204	550

A administração da companhia, baseada na posição de seus assessores jurídicos, classificou os processos judiciais de acordo com o grau de risco de perda, e concluiu pelo prognóstico "possível" para processos cíveis, trabalhistas e fiscais, não reconhecidos contabilmente pois representam obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, conforme exposto a seguir:

Natureza	31/12/2025	31/12/2024
Cíveis (a)	5.321	5.321
Trabalhistas (b)	1.070	402
Fiscais (c)	9.793	9.793
Total	16.184	15.516

(a) Cíveis: A companhia possui processos cíveis relativos à indenização por perdas materiais, divergências em cobranças por consumo de gás, dentre outras.

(b) Trabalhistas: A companhia possui processos de natureza trabalhista movidos por ex-funcionários (verbas rescisórias, férias, etc.), ou por responsabilidade subsidiária.

(c) Fiscais: A companhia possui autos de infração lavrados pela Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe, relativos ao ICMS, por suposta utilização indevida de créditos fiscais oriundos da aquisição de seus ativos e de materiais de uso e consumo, e ainda supostos créditos indevidos de materiais alheio a atividade econômica da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

Número do processo	Data do auto	Valor atualizado
201312201023	08/09/2010	8.639
201312201937	09/09/2010	1.154
Total		9.793

18. Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 54.100 mil, composto de 2.258.065 ações sem valor nominal, sendo 752.685 ações ordinárias e 1.505.380 ações preferenciais, todas de classe única, conforme demonstrado a seguir:

	Nº de Ações	Valor	Nº de Ações Preferenciais	Valor	Total das Ações	Valor
Estado de Sergipe	568.283	13.616	752.690	18.033	1.320.973	31.649
Mitsui Gás e Energia do Brasil LTDA	184.402	4.418	752.690	18.033	937.092	22.451
Total	762.686	18.034	1.505.380	36.066	2.258.065	54.100

(i) Conforme nota explicativa 13.a, em 18/12/2024 foi realizada a transferência de ações por compra e venda entre o acionista Norgas S/A e o acionista Estado de Sergipe. Com a efetivação da venda do total das ações da Norgas S/A, o Estado de Sergipe passou a deter 58,5% do total do capital social da Companhia.

(ii) O capital social autorizado da Companhia é de 60.000.000.000 de ações.

(iii) As ações preferenciais são nominativas, não possuem valor nominal, não tem direito a voto e gozam de prioridade no recebimento de dividendo mínimo obrigatório e no reembolso do capital em caso de liquidação da Companhia.

(iv) A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de outubro de 2025 aprovou o aumento de capital no montante de R\$ 3.679 mil, proveniente da incorporação de incentivos fiscais de redução de 75% do Imposto de Renda (Lei 4.239/63 e Lei 8.191/91), com a emissão de 153.562 ações, sendo 51.188 ordinárias e 102.374 preferenciais, todas de classe única, sem valor nominal e inconversíveis de uma classe em outra.

(b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

(c) Reserva de incentivo fiscal

Refere-se à parcela isenta do imposto de renda de acordo com o benefício de redução de 75% do IRPJ sobre o lucro da exploração obtido pela Companhia, conforme Laudos Constitutivos 074/2017 e 298/2023 emitidos pela SUDENE. O saldo existente nesta reserva deverá necessariamente ser utilizado para futuro aumento de capital, sendo vedada a sua distribuição aos acionistas sob a forma de dividendos.

(d) Reserva de retenção de lucros

Em 24 de abril de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 12.691 mil correspondente aos dividendos adicionais propostos contabilizados no patrimônio líquido.

Em 24 de abril de 2023, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva de retenção de lucros no valor de R\$ 19.954 mil correspondente aos dividendos adicionais propostos contabilizados no patrimônio líquido.

(e) Reserva especial

Em 29 de abril de 2024, foi deliberada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a destinação do valor remanescente do lucro a distribuir referente ao exercício de 2023 no valor de R\$ 19.126 mil para a constituição de reserva especial.

Em 25 de abril de 2025, foi deliberada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a destinação do valor remanescente do lucro a distribuir referente ao exercício de 2024 no valor de R\$ 16.945 mil para a constituição de reserva especial.

(f) Reserva para contingências

Em 19 de abril de 2018 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva para contingências no valor de R\$ 3.936 correspondente aos dividendos adicionais propostos contabilizados no patrimônio líquido.

Em 25 de abril de 2019 foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária a constituição de reserva para contingências no valor de R\$ 767 correspondente aos dividendos adicionais propostos contabilizados no patrimônio líquido.

(g) Dividendo adicional proposto

Em 29 de abril de 2024, foi deliberada em Assembleia Geral Ordinária (AGO) a destinação do valor remanescente do lucro a distribuir referente ao exercício de 2023 no valor de R\$ 19.126 mil para a constituição de reserva especial.

Em 23 de dezembro de 2025, foi deliberada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) a distribuição de dividendos do valor remanescente do lucro a distribuir referente ao exercício de 2020 no valor de R\$ 55.408 mil.

A Companhia possui em seu Patrimônio Líquido o montante de R\$ 5.031 mil contabilizado como dividendos adicionais propostos, por não representar uma obrigação presente em 31 de dezembro de 2025.

(h) Remuneração dos acionistas

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma da Lei nº 6.404/76, nos termos do seu artigo 202. No exercício de 2025, conforme prevê a Lei nº 9.430/95, a Companhia optou por pagar juros sobre capital próprio, conforme nota explicativa nº 13.

19. Receita líquida – venda de gás e serviços

	31/12/2025	31/12/2024
Receita Bruta de Vendas	253.151	357.917
Receita Bruta de Vendas	15.458	7
(-) Vendas Canceladas/DevoMidas	(1.211)	(508)
(-) Tributos Sobre Vendas	(41.677)	(49.930)
Receita Líquida	225.721	307.486
Receita de construção - ICPC 01	18.783	13.267

Conforme disposto no Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado no Estado de Sergipe, o Concessionário é obrigado a celebrar contratos de suprimento e, eventualmente, contratos de prestação de serviços de movimentação de gás em volumes compatíveis com a demanda existente em sua área de concessão.

Para a movimentação de gás, é cobrada TMOV – Tarifa de Movimentação na Área de Concessão que consiste em uma estrutura de valores estabelecida em R\$/m3 cobrada pelo Concessionário ao consumidor livre, ao autoimportador ou ao autoprodutor, pela movimentação de gás na área da concessão. Essa tarifa, assim como a tarifa de venda de gás, é homologada pela AGRESE – Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe e quando negociada deverão ser especificados a capacidade de movimentação contratada, o ponto de recepção, ponto de entrega, incidência dos tributos definidos na legislação vigente, entre outros.

Em 19 de agosto de 2020 foi publicada pela AGRESE a Portaria nº 29/2020 que autorizou a cobrança da tarifa de movimentação.

Os valores cobrados são contabilizados como receita de serviços.

A receita de venda, por segmento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	Receita Bruta	Vendas Canceladas	ICMS	ICMS FECOEP	PIS	COFINS	ISS	Receita Líquida
Gás Industrial	150.459	(896)	(2.775)	-	(2.422)	(11.156)	-	133.210
Gás Veicular	68.882	(298)	(8.259)	(1)	(983)	(4.573)	-	54.608
Gás Residencial	21.755	(4)	(4.133)	(218)	(291)	(1.338)	-	15.771
Gás Comercial	12.255	(13)	(2.326)	(122)	(163)	(755)	-	8.876
Serviços TMOV	15.458	-	-	-	(255)	(1.175)	(772)	13.256
Total	268.609	(1.211)	(17.443)	(341)	(4.124)	(18.997)	(772)	225.721

A receita de venda, por segmento, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi a seguinte:

	Receita Bruta	Vendas Canceladas	ICMS	ICMS FECOEP	PIS	COFINS	ISS	Receita Líquida
Gás Industrial	252.168	(481)	(3.220)	-	(4.100)	(18.883)	-	225.484
Gás Veicular	72.692	-	(8.728)	(1)	(1.055)	(4.861)	-	58.047
Gás Residencial	21.062	(17)	(3.999)	(210)	(281)	(1.296)	-	15.259
Gás Comercial	11.995	(10)	(2.277)	(120)	(160)	(738)	-	8.690
Serviços TMOV	7	-	-	-	-	(1)	-	6
Total	357.924	(608)	(18.224)	(331)	(5.996)	(25.779)	-	307.486

Em 19 de abril de 2023, foi publicado o Decreto nº 289 que acrescentou e revogou dispositivos do Regulamento do ICMS, considerando o disposto na Lei nº 9.177 de 31 de março de 2023, que altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 4.731 de 27 de dezembro de 2002, que dispõe sobre o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP) e sobre a adição de pontos percentuais a alíquotas do ICMS incidentes em determinadas operações e prestações com determinados produtos e serviços. Com essas modificações, a partir de 01 de maio de 2023, a SERGAS passou a recolher 1% de adicional de FECOEP sobre as operações destinadas a consumidor final, diretamente ou mediante substituição tributária. Ainda em abril foi publicado o Decreto nº 295 que alterou a alíquota interna das operações de gás natural para 19%.

20. Custo dos produtos vendidos

Os custos dos produtos vendidos estavam assim demonstrados:

	31/12/2025	31/12/2024
Custo do gás natural	(154.342)	(225.989)
Custo do transporte do gás natural	(16.236)	(20.753)
Amortização	(8.037)	(7.664)
Pessoal	(6.784)	(5.044)
Serviços	(1.551)	(1.303)
Materiais	(400)	(318)
Odorização	(266)	(255)
Aluguéis	(416)	(311)
Seguros	(335)	(328)
Outros	(341)	(340)
Custo dos produtos vendidos	(188.708)	(262.305)
(-) Custo de construção - ICPC 01	18.783	13.267

O custo do gás por segmento está apresentado a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Gás Industrial	(108.342)	(183.122)
Gás Veicular	(48.218)	(50.358)
Gás Residencial	(8.180)	(7.712)
Gás Comercial	(5.838)	(5.550)
Total	(170.578)	(246.742)

21. Despesas comerciais

As despesas comerciais estavam assim demonstradas:

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(1.869)	(1.811)
Serviços	-	(118)
Conversões de cliente	(179)	(201)
Outras	(125)	(106)
Total	(2.173)	(2.236)

22. Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas estavam assim apresentadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Pessoal	(12.844)	(12.922)
Serviços	(11.380)	(3.271)
Tributárias	(2.784)	(2.586)
Amortização	(763)	(751)
Aluguéis	(281)	(150)
Materiais	(282)	(172)
Viagens	(236)	(253)
Seguros	(136)	(121)
Veículos	(36)	(29)
Despesas Institucionais	(1.243)	(210)
Despesas Gerais	(1.477)	(1.211)
Total	(31.402)	(21.656)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2025

C.N.P.J nº 86.809.043/0001-38



23. Outras receitas (despesas) operacionais

As outras receitas e despesas operacionais estavam assim demonstradas:

Outras receitas operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Receita com Penalidade Contratual	2.454	2.203
Reversão de provisões	353	-
Recuperação de Créditos PCLD	621	208
Outras Receitas (a)	2.500	501
	5.928	2.912
Outras despesas operacionais	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para Impairment (b)	-	(2.991)
Provisão PCLD	(6.866)	(412)
Despesa com Penalidade Contratual	(150)	(160)
Provisão Contingências Fiscais	-	(35)
Outras	(30)	(424)
	(7.046)	(4.022)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais Líquidas	(1.118)	(1.110)

(a) Valor referente a carta de crédito emitida pelo Supridor Petrobras gerada pela consideração do ICMS na base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS, no faturamento compreendido entre os meses de maio/2021 a abril/2022.

(b) Provisão para *impairment* do saldo de crédito fiscal acumulado de ICMS sobre aquisição e gás natural contabilizado no ativo não circulante, conforme descrito na nota explicativa nº 06.

24. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras estavam assim demonstradas:

Receitas Financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento com variação monetária (a)	3.447	2.508
Rendimento de Aplicações Financeiras	12.134	8.609
Juros e Multas de Clientes	448	1.495
Outras Receitas Financeiras	1	-
	16.030	12.612
Despesas Financeiras	31/12/2025	31/12/2024
Juros e multa	(25)	(22)
	(26)	(22)
Resultado financeiro líquido	16.005	12.590

25. Imposto de renda e contribuição social

Em 28 de junho de 2017, foi expedida pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o Laudo Constitutivo nº 74/2017, renovando o direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis sobre os lucros tributáveis com efeitos retroativos a partir do exercício de janeiro de 2017 e com término em dezembro de 2026.

Em 01 de dezembro de 2023 foi expedido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, o Laudo Constitutivo nº 298/2023, concedendo direito à redução de 75% do imposto de renda devido sobre o lucro da exploração, incluindo a atividade de movimentação de gás com efeitos retroativos a partir do exercício de janeiro de 2023 e com término em dezembro de 2032.

O valor correspondente à redução do imposto de renda incidente sobre o lucro da exploração é contabilizado diretamente em conta de resultado, como retificadora da rubrica imposto de renda.

Ao final do exercício social, a parcela correspondente ao incentivo apurado no ano, é transferida para reserva de lucro na rubrica de incentivos fiscais. O valor constituído como reserva de incentivo fiscal deverá ser utilizado para aumento do capital social ou absorção de eventual prejuízo contábil, conforme previsto no Art. 523 do Regulamento de Imposto de Renda.

A conciliação entre os tributos sobre o lucro, calculados com base nas alíquotas efetivas e o montante de despesas reconhecido no resultado está assim demonstrada:

	31/12/2025		31/12/2024	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro Contábil Antes do IRPJ/CSLL	18.327	18.327	32.788	32.788
Adições e Exclusões				
Brindes e Patrocínios	1.145	1.145	177	177
Provisões não Dedutíveis	-	-	3.437	3.437
Desp. Tributárias (créditos PIS/COFINS) (a)	135	135	104	104
PL Diretores	32	32	92	92
Reversão provisões	(352)	(352)	(1.012)	(1.012)
JSCP	(10.610)	(10.610)	(6.871)	(6.871)
Rec. Financeiras (créditos PIS/COFINS) (c)	(2.903)	(2.903)	(2.237)	(2.237)
(+) Outros	52	52	254	254
Total	5.826	5.826	26.712	26.712
Alíquota do Imposto de Renda e Contribuição Social	25%	9%	25%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas da Legislação	1.419	524	6.654	2.404
Ajustes ao Lucro Líquido que Afetam o Resultado Fiscal do Exercício:				
(-) Incentivo PATI/Prorrogação licença maternidade/paternidade	(70)	-	(72)	-
(+) Impositos Diferidos	56	21	(684)	(246)
(+) Outros	-	-	-	-
Imposto de Renda Corrente e Diferido	1.405	545	5.898	2.158
(-) Incentivo Fiscal SUDENE	(426)	-	(3.679)	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	(979)	(545)	(2.219)	(2.158)

(a) Adição referente à despesas com PIS e COFINS s/ atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão de ICMS da sua base de cálculo, conforme Solução de Consulta Cosit nº 183/2021, registrada contabilmente, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

Exclusão do valor referente à atualização monetária dos créditos de PIS e COFINS sobre a exclusão de ICMS da sua base de cálculo, conforme Parecer SEI nº 1469/2022, registrada contabilmente, conforme descrito na nota explicativa nº 6.

26. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da companhia, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais. A companhia optou por incluir as ações preferenciais no cálculo tendo em vista seu direito ao dividendo igual ao das ações ordinárias. No caso da companhia, não existe ações em tesouraria que diluam o cálculo do lucro por ação, não havendo, nesse caso, diferença entre o lucro básico e o lucro diluído.

No quadro a seguir estão apresentados os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro Líquido do Período Atribuído aos Acionistas da Companhia	16.803	28.392
Total de Ações Ordinárias e Preferenciais	2.258	2.104
Lucro por Ação (R\$/Ação)	7,44	13,49

27. Remuneração dos administradores

A Companhia possui uma Diretoria Executiva composta por 3 (três) membros que são indicados por cada um de seus 3 (três) acionistas. Além da Diretoria Executiva, também faz parte do corpo de administradores da Companhia, o Conselho de Administração que é composto por 5 (cinco) membros. O valor de seus honorários está fixado em Assembleia de Acionistas, sendo que em 31 de dezembro de 2025 a despesa com honorários e encargos dos diretores e conselheiros alcançou o montante de R\$ 846 mil (R\$ 1.507 mil em 31 de dezembro de 2024).

28. Instrumentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não participou ou manteve operações envolvendo quaisquer tipos de instrumentos financeiros específicos, nem transações em moeda estrangeira, a não ser aqueles constantes das demonstrações financeiras, os quais foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgados em notas explicativas.

As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de riscos a seguir descritos:

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

A companhia vem acompanhando mensalmente a situação da inadimplência dos seus clientes, buscando mitigar quaisquer riscos que possam vir a ocorrer. Medidas administrativas e legais também fazem parte das ações praticadas pela SERGAS.

b. Risco de taxas de juros

Confirmamos que os valores justos dos ativos e passivos financeiros são equivalentes aos valores contabilizados e a análise de sensibilidade para exposição aos juros não tem efeito material sobre essas demonstrações financeiras.

c. Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela companhia para a aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A companhia não possui operações em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita a esse tipo de risco.

d. Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a companhia faz para financiar suas operações.

A Companhia não se utiliza de recursos de terceiros para financiar suas operações. Possui um alto índice de liquidez.

29. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Os principais ativos ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidade	Data de Vigência		Importâncias Seguradas 31/12/2025
	Início	Vencimento	
Riscos Nomeados	29/10/2025	29/10/2026	3.000
Resp. Civil Administradores	03/01/2025	03/01/2026	3.000
Resp. Civil Trabalhistas	03/01/2025	03/01/2026	3.000
Resp. Civil Geral	03/11/2025	03/11/2026	3.000
Sede	30/09/2025	30/09/2026	7.000
Seguro de Vida Funcionários	13/08/2025	13/08/2026	50
	Total		19.600

30. Eventos subsequentes

Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023 e da publicação da Lei Complementar nº 214/2025, que instituíram o novo modelo de tributação sobre o consumo no Brasil, baseado no Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e na Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Administração da Companhia avaliou os possíveis impactos dessas alterações sobre suas operações.

O novo regime tributário prevê a substituição gradual de tributos atualmente incidentes sobre o consumo, tais como ICMS, ISS, PIS e COFINS, pelos referidos IBS e CBS, com início do período de transição a partir de 1º de janeiro de 2026, mediante aplicação de alíquotas reduzidas e caráter predominantemente informativo.

Considerando que a vigência operacional do novo modelo ocorrerá após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, os efeitos decorrentes da Reforma Tributária não impactam as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo nessa data, sendo, portanto, caracterizados como evento subsequente que não requer ajuste, nos termos das normas contábeis aplicáveis.

A Administração acompanha a edição dos atos infralegais e a regulamentação complementar necessária à plena implementação do novo sistema tributário, incluindo aspectos relacionados à emissão de documentos fiscais eletrônicos específicos, à apuração dos tributos e à apropriação de créditos, e avaliará oportunamente os impactos econômicos, financeiros, operacionais e sistêmicos que poderão decorrer a partir do exercício de 2026.

Em 22 de dezembro de 2025, foi publicado o Ato Conjunto RFB/CGIBS nº 1 que trouxe a prorrogação do destaque do IBS e CBS até o primeiro dia do quarto mês subsequente ao da publicação da parte comum dos regulamentos do IBS e da CBS. Até a presente data tal regulamento não foi publicado.

Até a data de autorização para emissão destas demonstrações contábeis, não é possível mensurar de forma confiável os efeitos quantitativos da Reforma Tributária sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho ou os fluxos de caixa da Companhia, os quais serão reconhecidos e divulgados conforme aplicável, à medida que a legislação seja integralmente regulamentada e implementada.

ALAN ALEXANDER MENDES LEMOS
Diretor Presidente

LAURO DANIEL BEISL PERDIZ
Diretor Administrativo e Financeiro

KARINA MENDONÇA BARRETO SANTANA
Contadora
CRC/SE – 005282/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em 27 de março de 2026, na modalidade virtual, realizou-se reunião do Conselho Fiscal da Companhia, a qual teve por finalidade apreciar as proposições DIREX encaminhadas ao Conselho de Administração da SERGAS, nos termos do inciso V do art. 15 e do inciso IV, do art. 22 do Estatuto Social da Companhia, bem como da Lei nº 6.404/76. Dentre as matérias analisadas, destacaram-se:

1. Proposição DIREX nº 008/2026, relativa ao Relatório da Administração, às Demonstrações Financeiras e ao Relatório da Auditoria Independente referentes ao exercício de 2025;

2. Proposição DIREX nº 010/2026, concernente à proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, consistente na disponibilização de R\$ 16.802.884,30 (dezesseis milhões, oitocentos e dois mil, oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos), distribuídos entre:

o Destinação de R\$ 426.160,16 (quatrocentos e vinte e seis mil cento e sessenta reais e dezesseis centavos) para a constituição de Reserva de Incentivo Fiscal da SUDENE;

o Destinação de R\$ 735.826,56 (setecentos e trinta e cinco mil oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos) para a constituição de Reserva Legal;

o Destinação de R\$ 9.949.509,63 (nove milhões novecentos e quarenta e nove mil quinhentos e nove reais e sessenta e três centavos), referentes aos Juros sobre o Capital Próprio - JSCP, líquidos do Imposto de Renda Retido na Fonte, contabilizados e creditados aos acionistas no exercício de 2025, e ainda não pagos; e

o Destinação de R\$ 660.471,31 (seiscentos e sessenta mil quatrocentos e setenta e um reais e trinta e um centavos), referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre Juros sobre o Capital Próprio, montante este já recolhido em 06/01/2026;

o Destinação de R\$ 5.030.916,64 (cinco milhões trinta mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos), referentes aos Dividendos Adicionais à disposição dos acionistas, para a constituição de Reserva Especial, em conformidade com o regimento definido no art. 202, da Lei nº 6.404/76, o que se justifica pelas dificuldades de fluxo de caixa projetadas pela Companhia para os exercícios de 2026 e de 2027.

Após análise detalhada dos documentos apresentados e das informações prestadas pela Diretoria Executiva, bem como considerando o parecer exarado pelos auditores independentes Convicta Auditores Independentes S/S, datado de 31 de dezembro de 2025, os membros deste Conselho Fiscal apresentam o seguinte parecer:

PARECER

Os membros do Conselho Fiscal da SERGIPE GÁS S.A. – SERGAS, após criteriosa análise dos elementos documentais e informativos disponíveis, no estrito exercício de suas atribuições legais e estatutárias, opinam favoravelmente à aprovação das proposições que seguem:

1. Proposição da DIREX ao CONAD nº 008/2026: Apreciação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes Convicta Auditores Independentes S/S, ambos referentes ao exercício de 2025;

2. Proposição da DIREX ao CONAD nº 010/2026: Proposta de destinação do Lucro Líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, no valor de R\$ 16.802.884,30 (dezesseis milhões oitocentos e dois mil oitocentos e oitenta e quatro reais e trinta centavos), distribuído da seguinte forma:

a) Destinação de R\$ 735.826,56 (setecentos e trinta e cinco mil oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e seis centavos) para constituição de Reserva Legal;

b) Destinação de R\$ 426.160,16 (quatrocentos e vinte e seis mil, cento e sessenta reais e dezesseis centavos) para constituição de Reserva de Incentivo Fiscal da SUDENE;

c) Destinação do lucro antes da distribuição dos dividendos, no montante de R\$ 15.640.897,58 (quinze milhões seiscentos e quarenta mil oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e oito centavos), da seguinte forma:

i. O montante de R\$ 10.609.980,94 (dez milhões, seiscentos e nove mil, novecentos e oitenta reais e noventa e quatro centavos) será destinado para a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas, de acordo com o art. 192 da Lei nº 6.404/76 e com o art. 29 do Estatuto Social, composto por R\$ 9.949.509,63 (nove milhões novecentos e quarenta e nove mil quinhentos e nove reais e sessenta e três centavos) referente aos Juros sobre o Capital Próprio - JSCP, líquido do Imposto de Renda Retido na Fonte, contabilizados e creditados aos acionistas no exercício de 2025, e ainda não pagos, e por R\$ 660.471,31 (seiscentos e sessenta mil quatrocentos e setenta e um reais e trinta e um centavos) referentes ao Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre os Juros sobre o Capital Próprio, montante já recolhido em 06/01/2026.

ii. O montante de R\$ 5.030.916,64 (cinco milhões trinta mil novecentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos), referentes aos Dividendos Adicionais à disposição dos acionistas, será destinado à constituição de Reserva Especial, em conformidade com o regimento definido no art. 202, da Lei 6.404/76, o que se justifica pelas dificuldades de fluxo de caixa projetadas pela Companhia para os exercícios de 2026 e de 2027, reserva esta que somente poderá ser utilizada posteriormente para absorção de prejuízos em exercícios subsequentes ou para pagamento de dividendos, assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Considerando a natureza opinativa deste parecer, as opiniões aqui expressas foram elaboradas com base nos elementos disponíveis até a presente data e, com base nos exames efetuados e à vista do relatório dos Auditores Independentes Convicta Auditores Independentes S/S, datado de 31 de dezembro de 2025, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das referidas matérias, a serem submetidas à discussão e votação em Assembleia Geral dos acionistas da SERGAS.

Aracaju, 27 de março de 2026.

LEANDRO PETSOLD DOS SANTOS ARAÚJO
Presidente do Conselho Fiscal

RAFAEL MELO TAVARES
Conselheiro Fiscal

AGOSTINHO FRANCO LAMEIRA DA SILVA
Conselheiro Fiscal